

Família e patrimônio fundiário:

notas para o estudo da economia
doméstica na antiga Mesopotâmia

Marcelo Rede

*Professor de História Antiga
da Universidade Federal Fluminense*

Resumo

Nos últimos anos, a análise da vida material doméstica revelou-se um dos setores mais dinâmicos e profícuos do estudo da economia da antiga Mesopotâmia. Neste artigo, procuramos fornecer um panorama do debate historiográfico sobre o tema e sugerir algumas direções metodológicas para o aproveitamento dos arquivos familiares na apreciação da economia doméstica.

Abstract

In recent years, the study of domestic material life has become as one of the most dynamic and fruitful approaches to ancient Mesopotamia economics. The present article aims to offer a panorama of the historiographical debate on the subject and to suggest some methodological directions for the use of family archives for considering the domestic economy.

Que a interação entre o homem e a natureza seja uma dimensão fundamental da realidade social é uma evidência bastante clara e bem aceita, ao menos na maior parte do tempo, pelos historiadores. Entretanto, ainda há todo um caminho a ser percorrido para compreender como, em cada sociedade e em cada época, é estabelecida a relação entre os agentes sociais e o ambiente físico que os cerca. A complexidade reside no fato de que esta relação não se constrói entre um ator ativo e um quadro físico pacífico, dado previamente. Ao contrário, trata-se de relação construída culturalmente. Deste ponto de vista, a natureza não existe como um conjunto de traços prévios à sociedade. É a sociedade que, apropriando-se da natureza,

acaba por modelar uma natureza, historicamente delimitada no espaço e no tempo. Isto equivale a dizer que não existe um modelo universal ou trans-histórico. Com efeito, a idéia de uma relação entre os homens e a natureza é bastante simplista, quase inexata:

A sociedade acaba por modelar uma natureza, historicamente delimitada no espaço e no tempo

para ser mais preciso, dever-se-ia falar, antes, de relações sociais entre pessoas, tendo como vetor a natureza¹. Esta precisão tem, a meu ver, uma dupla vantagem. A primeira é enfatizar as relações entretidas pelos homens no processo social: a apropriação de segmentos da natureza aparece, assim, como um fenômeno social entre outros, suscetível de ser influenciado pelas demais esferas e também de influenciá-las; deste modo, a apropriação caracteriza-se pela duração, pela tendência à formalização e pela busca de continuidade, como também

pela mudança, pela crise e pela possibilidade de desaparecer. A segunda vantagem é que ela permite ver a natureza não como um elemento passivo da equação, mas como suporte e condutor material por meio do qual as relações sociais operam.

Apropriação ou propriedade?

Se podemos falar de apropriação como uma dimensão, é porque ela não se confunde com a totalidade das relações entre a sociedade e a natureza. Tal como a entendo aqui, a noção de apropriação corresponde ao conjunto de mecanismos que permitem o controle de um segmento da realidade física. A apropriação é, portanto, composta de dispositivos que regem as relações entre os agentes sociais em função de um acesso, material e imaterial, à natureza. Entre estes dispositivos, encontram-se todas as práticas e regras de aquisição, todos os meios de impor uma forma física aos vários segmentos da realidade, toda sorte de empregos que aferem um uso social, todos os dispositivos de manutenção e defesa da relação, que servem para definir as inclusões e exclusões de acesso, todos os mecanismos de disposição, como a alienação e a transmissão, todas as operações que conferem um sentido imaginário à coisa apropriada. Assim definida, a noção de apropriação aproxima-se do conceito de propriedade tal como ele é entendido por certos antropólogos (mas que não se confunde com uma definição estritamente jurídica, como veremos). A este propósito, em um longo artigo sobre a apropriação da natureza, M. Godelier escreve: "Designa-se por propriedade um conjunto de regras abstratas que determinam o acesso, o controle, o uso, a transferência e a transmissão de qualquer realidade que possa ser objeto de um interesse"

¹ Ver, a este propósito, Scott (1988, p. 36) e a noção de 'tenure' em T. Ingold (1986, p. 136): "tenure is an aspect of relations between persons as subjects (...) tenure engages nature in a system of social relations".

e acrescenta que “o conceito pode aplicar-se a qualquer realidade tangível ou intangível”².

A exemplo de todas as ações sociais, a apropriação é composta de práticas e representações. Uma mentalidade apropriativa é, portanto, uma dimensão indispensável do processo de apropriação. Não se trata, porém, de concepções mais ou menos formalizadas que resultam da prática apropriativa como um simples reflexo mecânico, mas, ao contrário, de um conjunto de atitudes mentais, de caráter coletivo, que orienta e faz parte intrinsecamente das ações de controle dos segmentos da natureza. A apropriação deve ser definida, então, como uma ação que impõe uma forma física ao mundo, que estabelece as funções dos objetos apropriados em uma estrutura social e que, enfim, cria sentidos para as coisas materiais em um sistema cultural³. Assim, não se pode deixar de reconhecer que uma abordagem do fenômeno só será completa com um estudo da mentalidade apropriativa mesopotâmica⁴.

A noção de apropriação não somente é mais larga do que a de propriedade, no sentido jurídico, como também permite evitar algumas aporias resultantes da aplicação desta última às sociedades que se situam à margem da tradição do direito romano. Para se limitar ao essencial, as dificuldades de utilização de uma noção jurídica de propriedade no caso mesopotâmico são duplas. Primeiramente, a tendência predominante entre os juristas confere uma importância excessiva à formulação: a formulação de um conceito

abstrato e coerente de propriedade, que defina os direitos de acesso, acaba por ser mais importante que o próprio processo de apropriação. Esta conceitualização formal, quando existe em dada sociedade, é um fenômeno importante e, sem dúvida, deve ser levada em consideração pelo historiador. Entretanto, do ponto de vista da natureza da apropriação, ela é secundária: historicamente, os modos de acesso ao universo material não tiveram necessidade de uma formalização para se constituírem enquanto sistemas institucionalizados, socialmente reconhecidos e eficazes na definição de condutas de controle⁵. A segunda dificuldade reside no fato de que uma noção integrada de propriedade não é necessariamente operacional em todas as sociedades antigas. O direito romano, de fato, procedeu a tal unificação: o *jus utendi fruendi et abutendi* supõe uma associação, sob a mesma noção, entre dimensões muito diversas do processo de apropriação. Em muitas sociedades, porém, as capacidades de usar, gozar e dispor de um determinado bem não são forçosamente cumulativas e, sobretudo, não foram fundidas em uma mesma categoria jurídica. E isto ocorre, muito simplesmente, porque, na realidade social, elas podiam corresponder a direitos divergentes, que não pertenciam à mesma pessoa ou ao mesmo grupo⁶. Se

A segunda dificuldade reside no fato de que uma noção integrada de propriedade não é necessariamente operacional em todas as sociedades antigas

² M. Godelier (1978, p. 11), reeditado em Godelier (1984); a mesma noção será apresentada pelo autor em seu artigo “Proprietà” da Enciclopédia Einaudi, cf. Godelier (1986, p. 367).

³ Para a definição da cultura material a partir do processo de apropriação social, ver U. B. de Meneses (1983).

⁴ Notemos que isto implicaria uma incursão em domínios muito distantes da história econômica, especialmente nos estudos das mentalidades coletivas. A este respeito, citemos o artigo seminal, mas imerecidamente esquecido, de Elena Cassin (1952) sobre os símbolos de cessão imobiliária na Mesopotâmia. Ver, igualmente, M. Malul (1988, sobretudo os capítulos 7 e 8).

⁵ Por exemplo, a ambiguidade, no pensamento marxista, entre a propriedade como uma relação social de produção e, de outro lado, como uma expressão legal é derivada, justamente, da influência das formulações do direito romano sobre Marx (cf. CAHAN, 1994-1995).

tomarmos o caso mesopotâmico, perceberemos, justamente, que uma leitura legalista e teleológica do problema acabou por considerar a ausência de uma noção abstrata de propriedade, formalizada e unificada, como característica de um sistema legal imperfeito, forjado a partir de um nível demasiado fraco de consciência dos fenômenos jurídicos, em uma perspectiva evolucionista na qual o direito romano aparece como o ideal por excelência⁷.

Espaços

Os objetos implicados nas relações de apropriação são múltiplos: os recursos naturais, os instrumentos, os artefatos, a produção, mas igualmente os privilégios e as posições, os papéis mágicos e religiosos, o mando e a autoridade. Portanto, coisas materiais e imateriais. Neste quadro, pode-se dizer que o espaço é um elemento privilegiado, pois todo processo de apropriação desenrola-se a partir de uma inserção espacial. De modo

ainda mais geral, é o próprio processo social que se ancora no espaço: mobilidade ou fixação territorial, habitação, produção, limites geográficos da identidade do grupo, extensão do poder político, vínculo de origem com os ancestrais...

cada um desses fenômenos constitui-se a partir de uma definição de sua espacialidade⁸.

Como as estratégias de apropriação podem mudar consideravelmente em função dos objetos implicados, é necessário definir claramente o que se entende por patrimônio fundiário. A tarefa parece-me ainda mais importante devido a uma grande falta de especificidade que predomina nos estudos sobre a propriedade fundiária na Mesopotâmia, um domínio que já conta com longa tradição. As expressões 'propriedade fundiária' e 'propriedade da terra' são, com efeito, demasiadamente vagas e, ao mesmo tempo, convidam, ao menos em princípio, a pensar principalmente nos espaços que são objeto de uma apropriação produtiva, como os campos agrícolas e os pomares. No entanto, a problemática da apropriação do espaço não se reduz ao acesso aos meios de produção elementares da economia agrária. Este é, sem dúvida, de enorme importância, mas, ainda que todos os espaços tenham normalmente um valor econômico, sua inserção social não se define sempre a partir de critérios prioritariamente econômicos, e menos ainda a partir de sua integração ao circuito de produção de riquezas.

A Arqueologia, por sua vez, enfatizou um outro tipo de espaço, a habitação. Tradicionalmente concentrada nas zonas urbanas, a atividade de escavação privilegiou, durante muito tempo, as grandes estruturas arquitetônicas dos palácios e templos, assim como os contextos funerários⁹. Os últimos decênios

⁶ Este seria, por exemplo, o caso no Egito antigo: ver Menu (1988); no mesmo sentido, cf. Manning (1995, p. 247), mas ver também Theodorides (1977), para quem o desmembramento dos direitos não revogaria a noção de propriedade.

⁷ Ver, por exemplo, Cardascia (1959). Se Szelechter (1958) evita uma comparação tão marcada com o 'direito moderno', ele chega a conclusões similares às de Cardascia, enfatizando o caráter fragmentário da noção mesopotâmica de propriedade. É interessante notar que, como resultado de uma visão formalista do problema, os dois autores valorizam, em suas argumentações, a ausência de um vocábulo sumério ou acadiano para indicar a idéia de 'propriedade'. Malgrado os inconvenientes, a noção romana é o ponto de partida da maior parte dos estudos assiriológicos e bíblicos sobre a propriedade (ver, por exemplo, o artigo "Propriété" de Maon, 1972).

⁸ Para a problemática da construção social do espaço, ver, dentre outros: Lawrence e Low (1990) e Gottdiener (1985), que fornecem um quadro das tendências presentes no estudo da espacialidade em antropologia. Ver, igualmente, Sack (1986), Rapoport (1994) e Kent (1990).

⁹ Paradoxalmente, essa concentração não facilitou o reconhecimento do caráter verdadeiramente urbano dos sítios mesopotâmicos pela arqueologia nascente no século 19, cuja ideologia predominante associou o 'despotismo oriental' à ausência de verdadeiras cidades (cf. Liverani, 1997, p. 85 s.). A inexistência de quarteirões residenciais nas primeiras capitais assírias escavadas tornava as evidências ainda mais enganadoras (p. 88).

Todo processo de
apropriação desenrola-se
a partir de uma inserção
espacial

viram, porém, uma valorização dos espaços domésticos¹⁰. No contexto mesopotâmico, a habitação certamente não é desprovida de aspectos produtivos, mas sua natureza é determinada por ser um espaço de interação social e simbólica do grupo doméstico. A abordagem arqueológica contribuiu bastante para a compreensão dos diversos aspectos da função das residências, para a formação de uma tipologia arquitetônica, para o estudo da articulação entre as casas e o tecido urbano e mesmo para o entendimento das implicações simbólicas da presença das caves funerárias nos subsolos das casas¹¹. No entanto, no que diz respeito ao estabelecimento, à manutenção e à ruptura das relações de apropriação, os dados arqueológicos são apenas complementares e o essencial da análise deve ser feito a partir da documentação escrita¹².

Família e grupo doméstico

O grupo doméstico não se confunde com a família, mesmo se esta é a espinha dorsal daquele. Se começamos por tentar caracterizar a família na época babilônica antiga, somos confrontados com uma dupla dificuldade.

A família pode ser definida, em sentido amplo, como sendo o grupo de pessoas relacionadas pelos laços de parentesco, ou seja, pela filiação e pelas alianças de casa-

mento (ou laços de afinidade). Esta definição sempre poderá se tornar mais complexa: por exemplo, a filiação legítima pode ser real ou fictícia (por adoção), etc. Por outro lado, o grupo pode assumir formas muito variáveis, por exemplo, por causa da articulação com os padrões de residência.

Infelizmente, a situação na Mesopotâmia do início do segundo milênio não é totalmente clara e é objeto de disputa entre os especialistas. No principal debate sobre o assunto, trata-se de saber se a família tinha uma estrutura nuclear ou alargada. A família nuclear (ou conjugal, restrita, elementar) é, normalmente, composta pelo casal e seus filhos celibatários, enquanto que a família alargada (*extended family*, na terminologia inglesa) é constituída por membros de três ou mais gerações, sendo que os filhos casados habitam geralmente com seus pais. As realidades podem ser muito mais nuançadas ou complexas: por exemplo, a família nuclear pode admitir a incorporação de um outro membro (um parente viúvo, um irmão ou uma irmã celibatários), sem que isto altere profundamente sua estrutura básica¹³. Por vezes, um dos filhos (em geral,

No principal debate sobre o assunto, trata-se de saber se a família tinha uma estrutura nuclear ou alargada

¹⁰ Esse foi, dentre outros, um resultado das abordagens orientadas pela 'gender archaeology' e pelos estudos sobre os espaços femininos na sociedade; ver Matthews (2003, p. 25).

¹¹ Para a época babilônica antiga, além dos trabalhos de Calvet (1993, 1994, 1997, 2003), ver Stone (1981, 1987, 1991); Luby (1990); Keith (1999); Battini-Villard (1999) e P. Brusasco (1999-2000). Alguns aspectos da dimensão religiosa da casa foram tratados por Van Der Toorn (1999, p. 143 s.). Para a região Siro-Palestina: Chesson (1997). Para as épocas posteriores, citemos Deblauwe (1994a e 1994b), M. Chavalas (1988) e Wright (1994) para Larsa neo-babilônica e aquemênida. Para a arquitetura doméstica no terceiro milênio, ver Robert (1995). Uma primeira tentativa de sistematização tipológica das plantas das residências mesopotâmicas foi feita por Müller (1940). Ver, ainda, os trabalhos reunidos por K. R. Veenhof (1996, em particular as contribuições de O. Aurenche e J. C. Margueron).

¹² Esse caráter complementar da abordagem arqueológica é, contudo, essencial, pois é a arqueologia que tem o potencial de "testar e afinar" as teorias sobre a propriedade propostas pelas ciências sociais, como afirma Earle (2000). Para a contribuição dos dados arqueológicos na reconstituição de sistemas de propriedade, ver Gilman (1998). Para a utilização conjunta de dados textuais e arqueológicos, ver Castel e Charpin (1997).

¹³ Infelizmente, estamos muito mal informados acerca das repercussões da concubinação sobre a forma da família mesopotâmica. No caso da incorporação de uma esposa secundária com funções reprodutivas (quando a esposa é uma sacerdotisa a quem seja proibido parir, por exemplo), a estrutura nuclear não parece ser seriamente afetada. Em todo caso, se a concubinação é admitida, ela parece ser pouco difundida. Para os aspectos legais da concubinação, ver R. Westbrook (1988: 103 ss.). Para a poligamia, na Mesopotâmia, em geral, ver: Friedl (2000).

o primogênito) permanece no lar paterno mesmo após o casamento, em co-habitação (*stem family*)¹⁴.

Certos autores, notadamente os marxistas, defenderam a existência de uma estrutura familiar alargada na Mesopotâmia do terceiro milênio a.C., mas também durante o milênio seguinte, em que, contudo, ela apareceria de modo alterado ou residual¹⁵. Reconhecendo as dificuldades documentais, Diakonoff (1985, p. 52; 1996, p. 58) propôs que a família alargada fosse ainda presente no reino de Larsa durante a época babilônica antiga. Uma opinião diametralmente oposta foi expressa por Leemans (1986), para quem não há traços de tal estrutura familiar nessa época¹⁶.

Certamente, a passagem do terceiro para o segundo milênio conheceu uma atomização da organização familiar, porém, uma evolução unívoca por etapas, do grupo alargado para a unidade nuclear, é difícil de ser demonstrada. Alguns autores alertaram, com efeito, para a complexidade do problema. J.-J. Glassner (1986, p. 111 s.), por exemplo, sustenta que, na Babilônia, a forma clássica era, aparentemente, a família nuclear, mas reconhece igualmente a exis-

tência de formas alargadas, em particular a família ramificada. No mesmo sentido, Gelb (1979, p. 56 ss. e p. 75 ss.) propõe uma coexistência entre as formas nucleares e as formas alargadas (com variantes como as famílias ramificadas e os grupos formados por irmãos e seus respectivos grupos nucleares: *fraternal ou joint family*). Em um trabalho recente, fundado em dados arqueológicos relativos às casas, no estudo de arquivos familiares e na comparação etnográfica, Brusasco (1999-2000) defendeu que, na cidade de Ur, os dois modelos, nuclear e alargado, tenham convivido¹⁷. Em Larsa, a impressão que se depreende da observação das transações imobiliárias, dos registros de casamento e das partilhas de herança é de predomínio de um modelo nuclear de organização familiar¹⁸. Por vezes, certos elementos sugerem formas mais alargadas, sobretudo com a inclusão de um parente secundário ou a presença de filhos de uma segunda esposa. No mais, também é possível que, por razões documentais, as estruturas nucleares sejam mais visíveis que as estruturas alargadas, falsando a observação do historiador¹⁹.

É igualmente difícil estabelecer o padrão residencial predominante, mas eu me inclinaria por uma preponderância da habitação neolocal, com os filhos partindo do lar para constituir uma casa independente, mesmo se as relações com a casa paterna possam permanecer muito

Certamente, a passagem do terceiro para o segundo milênio conheceu uma atomização da organização familiar

¹⁴ Para as definições, ver, por exemplo, Laburthe-Tolra e Warnier (1993, p. 82 s.); Deliege (1996, p. 13 ss.); Parkin (1997, p. 28 ss.); Segalen (2000, p. 36 s.). O estudo assiriológico mais completo é ainda o de Gelb (1979).

¹⁵ Ver, em geral: Diakonoff (1969, p. 20 s.; 1982, p. 37 ss.; e 1996). Para o terceiro milênio, ver sobretudo: Diakonoff (1974, p. 8; e também 1971, p. 15 ss.; 1991, p. 80). Para o segundo milênio: Diakonoff (1971, p. 22 ss.; 1972, p. 43 s.; 1975, p. 125 e p. 132; e, sobretudo, 1985, p. 47 ss.) e Jankowska (1969).

¹⁶ Van De Mieroop (1992, p. 215) reconhece a existência da família alargada em Ur, nos inícios do segundo milênio, mas sem lhe conferir um papel econômico relevante na cidade. Charpin (1996, p. 225, n. 17) pensa que não há indicações de cohabitação de famílias extensas em Ur e que a regra fosse a residência fundada sobre grupos nucleares. Contra essa visão, ver a tese de Brusasco mais adiante.

¹⁷ Ver também Stone (1996, p. 234). No mesmo sentido, para o terceiro milênio sírio, ver Pfälzner (1996), que sugere também a presença de estruturas poligâmicas. O problema da dimensão da família tem atraído a atenção dos arqueólogos nos últimos anos; para um balanço, ver Matthews (2003, p. 167 ss.).

¹⁸ Ver Charpin (1996, p. 225). Tem-se a mesma impressão analisando os 'códigos' de leis da época: as realidades que transparecem por trás dos parágrafos das leis de Eshnunna (§§ 16-18; 25-30; 38 e 59) e do código de Hammu-rabi (§§ 128-195) são mais compatíveis com uma estrutura familiar nuclear. Por exemplo, a permissão dada à mulher de um marido ausente, em situação de penúria, de tomar um segundo esposo (CH § 134 s.; ver também LE § 29) sugere a inexistência de mecanismos eficazes de solidariedade próprios aos grupos alargados.

¹⁹ Um dos fatores seria o fato de que as estruturas alargadas eram mais importantes na zona rural, muito menos representada nas fontes.

fortes do ponto de vista econômico, simbólico, etc. Outros autores penderam para uma forma patrilocal (por exemplo, GLASSNER, 1986, p. 115). É verdade que se nota uma tendência de um filho retomar à casa paterna, comprando as parcelas dos co-herdeiros, mas é difícil saber se ele havia permanecido na casa paterna após o casamento (formando, então, uma família ramificada patrilocal) ou se partira por ocasião do casamento, retornando posteriormente. Em todo caso, os demais irmãos teriam constituído novas residências com suas esposas²⁰. As situações de co-habitação e indivisão real do patrimônio entre os irmãos após a morte dos pais poderiam indicar uma tendência patrilocal, mas, em geral, não sabemos se era o caso de filhos casados ou celibatários. A única coisa que parece segura é que, normalmente, a filha deixa a casa de seus pais para se casar²¹.

O fenômeno da apropriação está intimamente ligado às realidades familiares, mas também à existência, na sociedade mesopotâmica, de uma instituição que incorpora e supera a família. O grupo doméstico é, sem dúvida, ancorado nas relações de parentesco que vinculam um certo número de seus membros, aqueles que formam seu núcleo duro, mas ele integra igualmente pessoas ligadas por outras formas de relação, por exemplo, os dependen-

tes ou escravos. Ele é fundado sobre a unidade familiar, mas é também um empreendimento material mais vasto, articulando um conjunto patrimonial, meios de produção, instrumentos, mão-de-obra, etc. E, sobretudo, o grupo doméstico configura-se como uma entidade tendo uma lógica própria, autônoma, que nem sempre se confunde com a lógica familiar e, por vezes, está em contradição com ela.

No domínio antropológico, a nomenclatura relativa a esta entidade é freqüentemente instável. O que entendo, aqui, por grupo doméstico aproxima-se da noção de 'household' da tradição anglo-saxônica, que os franceses traduzem corriqueiramente por 'ménage'²². Na França, na esteira dos trabalhos de Lévi-Strauss, que falava de 'sociétés à maison', encontraremos 'maisonnée' ou simplesmente 'maison'²³. Em um recente esforço para estabelecer o vocabulário relativo ao parentesco, o glossário publicado pela revista *L'Homme* definia 'maison' como sendo uma "pessoa moral detentora de um domínio composto por

O fenômeno da apropriação está ligado às realidades familiares, mas também à existência de uma instituição que incorpora a família

²⁰ No código de Hammu-rabi (§ 166), as disposições que prevêem uma parte suplementar para os cadetes celibatários, no momento da partilha, destinam-na explicitamente ao pagamento do dom nupcial (terhatum); essa parte muito dificilmente poderia ser considerada como um subsídio para uma instalação neolocal.

²¹ As informações são, infelizmente, muito fragmentárias. Em um texto encontrado em Ur (UET, 5, 636), a noiva deixa a casa de seus pais para viver com seu marido, que habita em Larsa. A transferência é feita depois que os familiares do noivo deslocaram-se até Ur para entregar os presentes de casamento (biblum) para os pais da noiva. Antes de retornar com sua futura esposa, o noivo morou na casa de seu sogro durante quatro meses (para a edição do texto, ver Greengus, 1966, a completar com Charpin, 1986b, p. 61 ss.). Para Brusasco (1999-2000, p. 117), esse caso poderia indicar que o modelo de residência, na época babilônica antiga, fosse patrilocal. O texto não explicita, porém, se, em Larsa, o casal habitaria na casa dos pais do noivo ou em uma nova residência (o próprio Brusasco havia sugerido um modelo neolocal para o caso de uma outra família que habitava na mesma rua de Ur, cf. p. 116; essa dualidade está, evidentemente, ligada à presença simultânea de famílias nucleares e alargadas em Ur: ver quadro 2.5 e figura 2.18). É preciso considerar também que o documento considerado aqui remete a uma aliança entre duas famílias que habitam cidades diferentes, o que pode ter influenciado a escolha do modo de residência. Por seu lado, o parágrafo 141 do código de Hammu-rabi prevê que, no caso de o marido repudiar legitimamente sua esposa, ele não seria obrigado a pagar-lhe as despesas de viagem (harrânum), o que parece indicar que, normalmente, era a mulher que se deslocava para o casamento.

²² Para a problemática do 'household' e suas relações com a noção de família, ver os artigos reunidos por Netting, Wilk e Arnould (1984) e por Laslett Wall (1972), em particular o de Goody e a introdução de Laslett (reeditado nos *Annales*, 27, 1972); ver também Netting (1993, principalmente o capítulo 2). Para a Mesopotâmia, ver Maisels (1998, p. 171 ss.).

²³ Ver inicialmente Lévi-Strauss (1979, 1984). Para uma apreciação do conceito de 'maison' em Lévi-Strauss, ver os artigos reunidos por Carsten e Hugh-Jones (1995) e Joyce e Gillespie (2000).

bens materiais e imateriais e que se perpetua pela transmissão de seu nome, de seus bens e títulos em linha real ou fictícia". O mesmo glossário dá uma outra definição para 'grupo doméstico': "unidade social que tem fundamentos residenciais, econômicos, rituais etc.". As duas definições parecem-me complementares face à realidade social que quero exprimir aqui²⁴.

A distinção entre família e grupo doméstico nem sempre é evidente e a tarefa não é facilitada pela terminologia utilizada pelas próprias sociedades estudadas²⁵. É exatamente o caso da antiga Mesopotâmia. Se podemos reivindicar uma oposição de base entre *kintum*, família (im-ri-a em sumério) e *bitum*, casa ou grupo doméstico (sumério: é), o uso dos termos e a interven-

ção de outros vocábulos (*nishum*, *nishûtum*, *emûtum*, etc.) tornam as coisas mais opacas²⁶. Não se trata, a meu ver, de um fenômeno de falta de precisão ou de ambivalência semântica: é preciso considerar-lo, antes, como parte de uma ambigüidade estrutural da sociedade

mesopotâmica, dividida entre as realidades do parentesco e do grupo doméstico.

A distinção entre família e grupo doméstico nem sempre é evidente

Os sistemas de apropriação doméstica

Para bem isolar e situar as realidades de que é questão aqui, é preciso fazer uma distinção preliminar. O sistema de apropriação doméstico não é um bloco monolítico, feito de uma só relação de controle do espaço. Ao contrário, há um acúmulo dos modos de acesso, de origem e natureza diversas, nos quais o grupo doméstico participa a diferentes títulos. Três deles são encontrados freqüentemente em toda história da Mesopotâmia, embora com variantes locais mais ou menos importantes:

a) A primeira fonte de acesso doméstico ao espaço é o fato de pertencer à comunidade. No início do segundo milênio, este era apenas um sistema residual, mas que ainda exercia influência sobre a distribuição de parte dos campos cerealíferos às famílias. Neste caso, as regras de transmissão entre as gerações são mal conhecidas, mas é muito provável que a manutenção dos laços com a comunidade constituía condição indispensável para a continuidade da ocupação;

b) Certas famílias, das quais um ou mais membros faziam parte da administração palaciana, controlavam também terrenos ou imóveis concedidos em troca da prestação de serviços, a título de remuneração.

²⁴ Barry et al. (2000, p. 727); a noção de 'maison' apresentada, com efeito, é quase literalmente a de Lévi-Strauss no artigo homônimo do *Dictionnaire de l'Ethnologie et de l'Anthropologie* editado por Bonte e Izard (cf. LÉVI-STRAUSS, 1991, p. 434 ss.). Neste mesmo dicionário, Lenclud (s.v. groupe domestique) faz a distinção entre 'famille', 'maisonnée' e 'groupe domestique'. Se estou de acordo em considerar separadamente a primeira, pois ela "remete aos laços de parentesco", como afirma o autor, estou menos convencido da necessidade conceitual e das vantagens analíticas de se operar uma clivagem entre a estrutura "que partilha da habitação e da residência em geral" (a 'maisonnée', na definição do autor) e, de outro lado, "o conjunto de indivíduos que realizam em comum e cotidianamente as tarefas de produção necessárias a sua subsistência e que consomem juntos os produtos de seu trabalho" (o 'groupe domestique').

²⁵ Uma das características reparadas por Lévi-Strauss foi, justamente, que a realidade da 'maison' é expressa pela linguagem do parentesco e da aliança, o que dificultou o reconhecimento desta dimensão pelos analistas (por exemplo, entre os Kwakiutl, que serviram de ponto de partida de seu estudo). Na Mesopotâmia, um fenômeno análogo é a utilização dos termos do parentesco para exprimir relações políticas entre os soberanos; ver Liverani (1994, p. 168 s. e p. 178s.; e 2000, p. 18s.) e Schloen (2001, p. 256 s.).

²⁶ Para a terminologia, ver Gelb (1979, p. 2 s.). Para o termo *bitum*, o CAD (B, p. 282) registra, entre outros: house, dwelling place, manor, estate, mas também household, family, aggregate of property of all kinds. A mesma ambigüidade é atestada pelo AHw (1, p. 132 s.): Haus, Familie, Hausgemeinschaft, etc. Para o termo *kintum*, os dicionários tendem a reconhecer somente o sentido estrito de 'família' ou de conjunto de parentes (CAD, K, p. 375; AHw, 1, p. 479), mas vários contextos sugerem um sentido mais abrangente, próximo de 'grupo doméstico' (ou 'maisonnée'). Glassner (1986, p. 109 s.) nos lembra que o primeiro significado de im-ri-a poderia ter sido, justamente, 'espaço'.

A substituição parcial do sistema de rações pela concessão de campos de subsistência foi uma característica da transição do terceiro para o segundo milênio e, sem dúvida, foi intensificado com as conquistas de Hammu-rabi. Parece que este sistema foi freqüentemente fonte de conflito por causa do estatuto incerto da ocupação (sobretudo se o servidor estava ausente) e de confusão com os campos cultivados diretamente pelo palácio. Em todo caso, a transmissão à geração seguinte era limitada por restrições mais ou menos eficazes por parte do palácio e dependia fundamentalmente da continuidade do exercício da função pelo filho do beneficiário. Neste caso, a herança (transmissão de bens) confundia-se com a sucessão (transmissão de funções e status).

c) A apropriação propriamente familiar, no sentido de que é fundada sobre relações de parentesco, forma um terceiro modo de controle. Este sistema delimita uma categoria de bens de que a família pode dispor mais livremente (daí a possibilidade de alienação), permanecendo, porém, submetida às limitações das relações de parentesco: estas servem de vetor do movimento dos bens; por exemplo, a transmissão intergeracional seguia a filiação, ao mesmo tempo em que era influenciada pelas alianças de casamento.

Evidentemente, nem todas as famílias tomavam parte nos três sistemas ao mesmo tempo ou com a mesma intensidade. Havia diferenças em função do status social e também entre o meio urbano e rural: a elite urbana que participava da estrutura palaciana podia receber mais freqüentemente possessões funcionais, enquanto que a população aldeã dependia mais diretamente de terras providas pela comunidade rural, por exemplo. A apropriação doméstica era o resultado da composição,

variável e não necessária, destas três formas elementares de controle²⁷. No entanto, limitando-se a esse esquema, poder-se-ia ter a impressão de que os três sistemas eram independentes e que o parentesco exercia influência apenas sobre o último. Nada é mais incorreto: uma vez geridos pela família, todos os bens imobiliários acabavam sendo associados às teias da parentela. Por exemplo, no que diz respeito aos terrenos propriamente familiares, o parentesco define uma fronteira além da qual alguns dos membros do grupo doméstico são excluídos das decisões de controle; esse é, manifestamente, o caso dos escravos e de todas as pessoas que, embora ligadas ao empreendimento econômico do grupo, não pertencem a ele por filiação ou aliança de casamento. Ora,

O parentesco define uma fronteira além da qual alguns dos membros do grupo doméstico são excluídos das decisões de controle

esta mesma fronteira de parentesco impor-se-á na gestão dos espaços ocupados a título funcional ou daqueles provenientes da comunidade. Contudo, se os limites entre os três modos de acesso são, por vezes, pouco claros (seja para o historiador, seja para os próprios mesopotâmios, como mostram as disputas), as diferenças não se apagam completamente e, se os laços de parentesco são essenciais para o terceiro, para os dois primeiros são apenas secundários. Ao lado da alienação, a herança aparece, justamente, como o domínio em que tais distinções podem ser observadas de modo mais preciso. Como bem notou Liverani (1984, p.39 s.), mesmo se, na base, as relações de consangüinidade são próprias à esfera familiar, enquanto que os critérios funcionais são característicos do

²⁷ Assim, vemos que os controles comunal e familiar não representam dois estágios de uma evolução linear, mas constituem combinações que variam segundo a inserção da família no complexo quadro da ocupação e da exploração do espaço (ver NETTING, 1993, p. 187 s.).

setor palaciano, é possível haver influências de um sistema sobre o outro. Por exemplo, a existência de laços de parentesco pode alterar as regras de transmissão dos bens palacianos detidos pelos familiares, sobretudo no caso de uma remuneração por meio de alocação de campos, quando a sucessão de pai para filho termina por se impor, pois as competências técnicas são frequentemente transmitidas no interior da família. Uma segunda fonte de confusão vem do fato de que uma das características do sistema administrativo palaciano na Mesopotâmia é a apropriação pelos servidores dos meios da administração²⁸; os terrenos não escapam a esta lógica e constatamos a existência de ocupações tipicamente familiares em terras palacianas²⁹.

O controle das terras e a natureza da economia: o debate historiográfico

A problemática da apropriação do espaço encontra-se no cruzamento de dois importantes debates historiográficos com grandes implicações teóricas e metodológicas.

O primeiro desses debates é mais específico aos estudos assiriológicos e diz respeito aos modos de acesso aos bens fundiários na Mesopotâmia. Trata-se, especialmente, de saber quais eram as instâncias que controlavam a terra agrícola. Como a discussão sobre a situação no início do segundo milênio é bastante ligada àquela acerca da economia sumé-

ria no terceiro milênio, não será inútil fornecer alguns elementos gerais para entender a trajetória da historiografia econômica mesopotâmica.

Por muito tempo, as idéias formuladas por Deimel (1931) e Schneider (1920) sobre a estrutura da sociedade suméria durante os três primeiros quartos do terceiro milênio a.C. (ou período Dinástico Arcaico) dominaram o horizonte dos estudos. Elaboradas nos anos 20 e 30, as teorias do *Tempelstadt* e da *Templewirtschaft* formularam a hipótese segundo a qual o Templo-Estado – uma instituição central complexa, de natureza simultaneamente religiosa, política e econômica – exerceria um controle absoluto dos recursos produtivos naturais (em particular, a terra, mas também os recursos hídricos), da mão-de-obra (agrícola ou não) e das atividades agrárias, artesanais e mercantis (locais, mas, sobretudo, o comércio de longa distância). Os templos exerceriam, igualmente, uma grande influência política e religiosa sobre o conjunto da sociedade. Na década de 50, com algumas adaptações, a mesma idéia geral, agora sob o nome de Cidade-Templo, foi retomada por Falkenstein (1954)³⁰. Por vezes, esses mesmos postulados de uma economia altamente centralizada foram aplicados nas explicações da situação dos últimos séculos do terceiro milênio, ou seja, para a terceira dinastia de Ur (dita Ur-III) e, em menor grau, para o período

²⁸ Essa é uma característica dos sistemas tradicionais, segundo Weber (1968, p. 1028 ss.), por oposição à administração burocrática moderna, em que os bens administrativos são estritamente separados das prerrogativas dos funcionários e não se confundem com sua propriedade pessoal. Goody (1962, p. 305 s.) inclina-se, ao contrário, a pensar que os sistemas tradicionais também operavam uma distinção, embora menos desenvolvida, entre bens pessoais e bens institucionais (do mesmo modo que entre a propriedade ancestral e a adquirida por compra), mas admite a tendência da lógica familiar em absorver a propriedade corporativa.

²⁹ Problemas semelhantes são também comuns quando da sucessão do patrimônio mobiliário dos funcionários palacianos mortos: as disputas entre as autoridades e os descendentes são típicas desta situação; ver a este propósito Lafont (2001) e Van Koppen (2002).

³⁰ Para uma avaliação das teorias e das reações contrárias, ver Foster (1981); para as diferentes posições a respeito do controle das terras, ver Powell (1994).

sargônico, que a precedeu. A diferença residia no fato de que, nesses casos, os templos sumérios haviam cedido lugar para uma estrutura palaciana fortemente centralizada. Mas, também aqui, o argumento fundamental foi o considerável controle das terras pelo Estado, impondo um papel apenas residual, ou mesmo inexistente, a outras formas de acesso fundiário. Assim, para diversos autores, a formação sócio-econômica de Ur-III seria uma recomposição, adaptada às novas circunstâncias, dos princípios de monopólio centralizado da época dos Templos-Estados sumérios anteriores. Este modelo explicativo exerceu uma grande influência entre historiadores de tendências diversas e mesmo francamente opostas³¹. A partir dos finais dos anos 50, entretanto, esta visão foi vigorosamente contestada. As novas abordagens seguiram, basicamente, duas vias, mais concorrentes que complementares. Uma primeira contestação da teoria do Templo-Estado surgiu nos trabalhos da chamada escola de Leningrado, reunida em torno de I. M. Diakonoff. Os historiadores soviéticos questionaram o monopólio das terras pelas organizações complexas (templos e palácios), ao mes-

mo tempo em que sugeriram a existência de um setor comunal (ou privado-comunitário), atuando no controle dos recursos fundiários e na organização da produção agrícola³². Por outro lado, um segundo questionamento, representado em um primeiro momento pelos estudos inovadores de Gelb (1969), enfatizava as formas de apropriação privada do solo durante o terceiro milênio³³.

Não se trata, aqui, de detalhar o debate sobre a economia suméria³⁴, mas de insistir sobre o fato de que os estudos acerca da economia babilônica, nos inícios do segundo milênio foram, de certo modo, influenciados por essa reação às teorias de natureza 'estatizantes'. Em outros termos, a historiografia econômica do período babilônico antigo nasceu sob o signo do predomínio da economia privada. Se W. F. Leemans não foi o primeiro a valorizar esta perspectiva privatista, foi, certamente, um dos seus representantes mais enfáticos. Em seu estudo sobre os mercadores babilônicos, datado de 1950, ele já anunciava uma abordagem que iria nortear todos os seus

A historiografia econômica do período babilônico antigo nasceu sob o signo do predomínio da economia privada

³¹ Citando apenas alguns exemplos: Falkenstein (1954); Kraus (1954b); Pettinato (1968, mas ver as posições sensivelmente alteradas do autor em Pettinato, 1999); Limet (1979); Tyumenev (1969). Outros autores, como P. Koschaker, M. David e B. Landsberger, forjaram expressões representativas desta tendência e que, ao mesmo tempo, revelam suas claras influências contemporâneas: Staatssozialismus; etatistische Wirtschaft; etatistisch organisiertes Stadtstaatentum; state socialism on a sacral basis (cf. GELB, 1969, p. 146 ss.).

³² Entre os trabalhos da escola de Leningrado, ver Diakonoff (1972, 1974, 1975; para as sínteses mais recentes, ver: 1991, p. 21 ss.; e 1999, p. 80 ss.). Pecirková (1979) oferece um balanço dos estudos soviéticos sobre a história social e econômica mesopotâmica (concentrando-se, no entanto, sobre o primeiro milênio); ver também Klima (1975).

³³ Ver também Leemans (1983). Por sua vez, Komoróczy (1978) sublinhou a importância da propriedade privada na transição entre o terceiro e o segundo milênios. Gelb coordenou o importante trabalho de reunião e edição da documentação referente às transferências imobiliárias durante o terceiro milênio (ver: GELB, STEINKELLER e WHITING, 1991).

³⁴ Em um outro domínio, dessa vez arqueológico, ver-se-á com proveito as críticas à tese do Templo-Estado formuladas por Nissen (1982). Para a questão do controle das terras, além dos trabalhos de Pettinato e o volume organizado por Gelb, Steinkeller e Whiting, citados na nota anterior, ver também Grégoire (1981); Glassner (1985, 1995); Steinkeller (1988, 1999a, 1999b); Neumann (1988); Driel (1998); Edzard (1996); Buccellati (1996); e, especificamente para a época de Akkad, Foster (1982) e Bridges (1981). Os dados para a região setentrional durante o terceiro milênio são raros; ver, entretanto, Wilkinson (2000) e Driel (2000). Para o funcionamento da agricultura, ver sobretudo os trabalhos de K. Maekawa (1974, 1977, 1986, 1987). Para uma visão panorâmica da economia suméria, ver B. Lafont (1999) e, para os problemas teóricos, ver Garfinkle (2000, p. 1 ss.).

futuros trabalhos: o controle das terras pelos mercadores aparecia, na visão de Leemans, como um elemento essencial da ascensão de uma camada de agentes comerciais privados independentes no início do segundo milênio, quando o sistema econômico centralizado que vigorava durante a terceira dinastia de Ur foi substituído por uma nova configuração, na qual o papel econômico dos palácios, nos novos reinos semitas que se formam então, é enfraquecido em benefício do empreendimento individual. Individual, e não familiar ou doméstico³⁵. Os estudos de arquivos privados, desenvolvidos sobretudo a partir dos anos 80, foram, em grande parte, tributários desta orientação teórica. Se os arquivos eram manifestamente familiares, os fenômenos econômicos que eles revelavam foram con-

siderados como a manifestação da ação de agentes econômicos individuais.

Uma das tarefas para a compreensão da apropriação do espaço deve ser, a meu ver, inserir estes atos aparentemente individuais no contexto mais amplo das estratégias materiais do grupo doméstico.

O segundo debate diz respeito às maneiras de conceituar a natureza da economia mesopotâmica e de definir os instrumentos teóricos e metodológicos mais adequados para abordá-la.

Correndo o risco de ser excessivamente esquemático, pois há nuances consideráveis em cada partido implicado no debate, a primeira posição reúne os autores que, grosso modo, consideram que as economias antigas partilham da mesma natureza das economias modernas e que seu funcionamento é, fundamentalmente, semelhante,

fundado sobre os mesmos mecanismos de um mercado constituído pela oferta e demanda. Assim, para nos limitarmos ao que nos interessa aqui, a circulação imobiliária nas economias pré-capitalistas seguiria os mesmos princípios que governam o mercado de imóveis em uma economia de mercado, as diferenças sendo mais uma questão de grau. Conseqüentemente, os instrumentos analíticos para compreender esses fenômenos seriam os mesmos previstos pela teoria econômica clássica. Em oposição, encontram-se aqueles que reconhecem uma especificidade histórica às formações econômicas da Antigüidade e a impossibilidade de operar a sua análise com as ferramentas e os conceitos tradicionais. Nessa perspectiva, a economia de mercado aparece como o resultado de um processo histórico recente, alheio às sociedades antigas e que tampouco se aplica todas as sociedades atuais. Nesses casos, a chave da articulação dos fenômenos econômicos não seria o mecanismo de oferta e demanda, mas, segundo a situação, fatores ligados ao universo do parentesco, relações de poder, etc. Em outros termos, a circulação dos bens se dá no interior de uma rede de relações sociais ou políticas e o universo do econômico não é provido de uma autonomia, nem prática nem conceitual. A economia seria, assim, incrustada no social, ao contrário do que ocorre sob o regime capitalista, em que ela imporia sua lógica às demais dimensões da vida.

Embora esta polarização teórica já seja encontrada no domínio das ciências humanas desde os finais do século 19, é a partir de meados do século 20 que a obra de Karl Polanyi sistematizou, de modo mais decisivo, as formulações da segunda tendência e terminou por ser a referência incontornável do debate³⁶. A oposição en-

A economia seria, assim, incrustada no social, ao contrário do que ocorre sob o regime capitalista

³⁵ Leemans, aliás, procurou negar vivamente qualquer papel da família na vida econômica babilônica (1986) e combateu, com o mesmo vigor, a existência das comunidades rurais (1983).

tre 'modernistas' e 'primitivistas' ou, ainda, entre 'formalistas' e 'substantivistas' operou, com efeito, uma secessão em diversos domínios de estudo relativos às economias não capitalistas ou pré-modernas.

Foi, sem dúvida, na antropologia que o debate atingiu seu nível mais elevado de complexidade e ramificação. Trata-se, sobretudo, de uma divergência profunda a propósito de métodos e abordagens das economias não capitalistas, na qual se confrontam 'formalistas', como Herskovits (1952), LeClair (1962), Burling (1962), Firth (1965, 1967), e Cook (1966, 1969, 1973), e, de outro lado, Polanyi e seus discípulos, em particular Dalton (1961, 1969) e Bohannan (1962, com Dalton; e 1968, com Bohannan), além de Kaplan (1968). As divergências incidiram também no debate acerca da chamada economia 'primitiva', no qual as proposições 'substantivistas' de Sahlins – um discípulo de Polanyi, mas fortemente influenciado pelo marxismo (SAHLINS, 1960 e 1972) – foram severamente atacadas, por exemplo, por autores como Cook, (1974) e Cooper (1978).

Na sociologia econômica, mais voltada para as sociedades contemporâneas, a aplicação das teorias polanyianas revela um desenvolvimento interessante e um tanto inesperado: a idéia inicial de Polanyi foi construir conceitos gerais para explicar a alocação dos bens nas sociedades em que um mercado capitalista não existia e foi este impulso que gerou a formulação das noções de reciprocidade ou redistribuição, por exemplo, como mecanismos de inte-

gração diferentes da oferta e demanda em mercado aberto. Ora, o que se vê atualmente na sociologia é uma espécie de inversão, mas sempre em nome dos postulados polanyianos, que visa identificar os elementos não mercantis no interior das próprias economias capitalistas contemporâneas. O resultado é considerar estas últimas como sendo, também elas, incrustadas nas relações sociais, exatamente como Polanyi considerava as economias não capitalistas. Assim, a clivagem polanyiana entre dois tipos de economias, com ou sem mercado, vê-se superada ou, ao menos, enfraquecida (sobre as conseqüências teóricas desta situação, cf. PRATTIS, 1987, p. 18 s.): por exemplo, a noção de reciprocidade é utilizada para demonstrar a que ponto a compreensão das relações econômicas modernas depende da consideração das redes de parentesco e solidariedade, das prestações desinteressadas, das relações interpessoais, etc. Na sociologia econômica americana, essa tendência é bem representada pelos trabalhos originais de Mark Granovetter (2000). Na França, o grupo reunido em torno de Alain Caillé e da revista MAUSS segue um caminho semelhante, procurando desvendar os princípios da construção social do mercado moderno (CAILLÉ, 1989, 1994, 2000; GODBOUT e CAILLÉ, 1992; ver, ainda, os artigos reunidos por JACOB e VÉRIN, 1995). A influência de Polanyi

Foi, sem dúvida, na antropologia que o debate atingiu seu nível mais elevado de complexidade e ramificação

³⁶ Em seu livro sobre a emergência do mercado moderno, Polanyi (1944) já enunciava os princípios de sua teoria. O manifesto programático do grupo ligado a Polanyi e a seu projeto na Universidade de Columbia foi publicado em 1957 (cf. POLANYI, ARENSBERG e PEARSON, 1957; tradução francesa de 1975, com um importante e alentado prefácio de GODELIER). Nesse volume, o próprio Polanyi escreveu um capítulo tratando da economia mesopotâmica. Oppenheim foi o único assiriólogo a participar, com um capítulo cuja leitura mostra, porém, a distância que o separava do grupo. Muito mais próxima das idéias de Polanyi seria a tese de Sweet (1958) sobre os preços e a moeda durante o período babilônico antigo (orientada, aliás, por Oppenheim). Finley, que participava do grupo de Polanyi e teve, mais tarde, uma importância capital no debate sobre as economias da Antiguidade clássica, não colaborou no volume. Sobre a obra de Polanyi, ver Stanfield (1986) e os ensaios reunidos por Servet, Maucourant e Tiran (1998).

é igualmente marcante nas discussões do grupo interdisciplinar do Centre Walras de Lyon, do qual alguns autores procuram avaliar de modo crítico o potencial das teorias 'substantivistas' para o estudo das economias do antigo Oriente-Próximo e Egito (MAUCOURANT, 1996, 2000). Entre os esforços para descortinar as 'estruturas sociais da economia', um livro recente de Pierre Bourdieu merece menção, pois o autor analisa justamente como os elementos sociais e políticos 'constroem' o mercado imobiliário em que os grupos domésticos constituem seu patrimônio e demonstra que esse mercado não decorre de modo automático dos mecanismos de oferta e demanda, mas, ao contrário, é uma instituição estabelecida culturalmente, mesmo sob regime capitalista (BOURDIEU, 2000).

É interessante notar que é no domínio dos estudos da economia egípcia antiga que uma nova frente do debate está se abrindo

No domínio dos estudos clássicos, a disputa remonta à controvérsia que opôs a abordagem 'modernista' de Eduard Meyer às análises 'primitivistas' de Karl Bücher, em fins do século 19. Mais

tarde, durante os anos 20 e 30, coube a Johannes Hasebroeck, largamente influenciado por Max Weber, o mérito de ter colocado a economia grega, particularmente as transações comerciais, no quadro das instituições políticas da polis e recusar as idéias modernistas de Meyer e seus discípulos (ver AUSTIN e VIDAL-NAQUET, 1972; DESCAT, 1994). Foram, todavia, os trabalhos de M. I. Finley que estabeleceram um novo paradigma nos estudos da economia grega e romana, a partir de uma perspectiva tributária das propostas de Polanyi, mas também de

Weber (FINLEY, 1973)³⁷. Se Finley influenciou toda uma geração de historiadores da economia antiga (para a história romana, ver os trabalhos de GARNSEY e SALLER e HOPKINS), a 'nova ortodoxia' estabelecida por ele não deixou de suscitar várias críticas, mais ou menos severas, como as contidas nos estudos de Bresson (2000) sobre o papel da atividade econômica comercial e do mercado na Grécia ou de Andreau (1999) sobre a economia financeira romana.

Em egiptologia, foi, sobretudo, J. J. Janssen que introduziu uma perspectiva francamente substantivista com seus estudos sobre os preços no período ramessida (JANSSEN, 1975a; em um artigo publicado no mesmo ano, o autor sintetizava vários aspectos de sua visão: 1975b) ou, ainda, sobre os aspectos não-econômicos da vida material egípcia, em particular nas trocas de dons (JANSSEN, 1982). A influência de Polanyi é igualmente notável em Müller-Wollermann (1985). Uma crítica severa a Janssen, acompanhada de uma defesa da metodologia formalista, apareceu no livro de Barry Kemp (1989; para uma avaliação do debate, ver BLEIBERG, 1995, p. 1373 ss.; e 1996, p. 3 ss.). É interessante notar que é no domínio dos estudos da economia egípcia antiga que uma nova frente do debate está se abrindo: os trabalhos de David Warburton, recusando as teorias polanyianas, não procuram simplesmente retornar aos princípios da economia clássica, mas visam uma aplicação do neoclassicismo de Keynes à vida material egípcia. No centro dos argumentos de Warburton encontram-se a idéia de que o caso egípcio pode ser considerado como o de uma economia de mercado pré-capitalista e a recusa de uma caracterização 'redistributivista', como de-

³⁷ Algumas avaliações sobre a influência de Finley e Polanyi no estudo das economias clássicas: S. C. Humphreys (1978, p. 31 ss.); Andreau e Etienne (1984); Descat (1995); Andreau (2002), além dos trabalhos reunidos por duas coletâneas recentes: Scheidel e Von Reden (2002) e Manning e Morris (2005). Para um balanço marxista, ver Vegetti (1977, p. 35 ss.) e, em antropologia, Godelier (1974, p. XI ss.; e 1975).

fendem os 'primitivistas' (WARBURTON, 1991, 1995, 1997, 1998)³⁸.

Em assiriologia, mesmo se é possível constatar um debate teórico por vezes acalorado, como o que opõe M. Silver e J. Renger, por exemplo, é preciso reconhecer que a maior parte dos estudiosos permaneceu à margem de suas implicações³⁹. A introdução de uma perspectiva 'substantivista' coube, sobretudo, a J. Renger, cuja interpretação da economia mesopotâmica foi orientada, fundamentalmente, pelas formulações de Karl Polanyi (seus trabalhos mais teóricos são: RINGER, 1988b, 1989, 1990, 1994, 2004). Renger conferiu grande importância à questão do controle das terras, minimizando o papel da apropriação privada dos campos agrícolas, principalmente no sul, e negando a existência de um mercado de terras na Mesopotâmia (RINGER, 1988a, 1995). É sintomático que a principal resposta a Renger tenha vindo de fora do círculo de assiriólogos, na pluma do economista ultra-formalista Morris Silver (1983, 1985b, 1985a; retomado em 1995, 2004). Esse debate suscitou reações, algumas favoráveis a Polanyi e Renger (MAYHEW, NEALE e TANDY, 1985; ROBERTSON, 1993; ZACCAGNINI, 1994; VAN DE MIEROOP, 1999a; SCHLOEN, 2001, p. 76 ss.), outras que lhes são hostis, sem se alinharem necessariamente a Silver (GLEDHILL e LARSEN, 1982; VARGYAS, 1987; e SNELL, 1991, 1997)⁴⁰. Em 2004, um colóquio internacional reuniu-se em Nanterre para avaliar a atualidade da obra de Polanyi, inclusive para a história econômica mesopotâmica, e as intervenções

mostram a perseverança das divergências entre os especialistas⁴¹.

A problemática do controle do espaço é um dos setores mais sensíveis às tomadas de posição no interior desta discussão. Parece-me mesmo impossível definir a natureza e as características dos diversos tipos de apropriação, particularmente da doméstica, sem conferir uma atenção ao modo como se caracteriza genericamente a vida econômica e social. Sem poder aprofundar o tema aqui, eu diria, simplesmente, que se as ações econômicas dos mesopotâmios são freqüentemente tomadas como racionais, isso decorre de uma assimilação com nossas próprias categorias da racionalidade da ação econômica. Isso nos dá a confortável impressão de que nada de estranho existe

na realidade observada, que nada escapa ao olhar do historiador, que tudo pode ser explicado por suas noções. Entretanto, essa continuidade entre passado e presente nem sempre é confirmada por uma análise mais aprofundada dos comportamentos dos antigos. Muito freqüentemente, vários fenômenos apresentaram-se de um modo que, em um primeiro olhar, poderia ser considerado imediatamente compreensível. É preciso, no entanto, resistir à tentação de explicá-los a partir desse primeiro impulso e buscar propor novas interpretações. Do ponto de vista historiográfico, seria interessante

Isso decorre de uma assimilação com nossas próprias categorias da racionalidade da ação econômica

³⁸ A abordagem de Warburton foi avaliada por diversos autores: ver as resenhas de Wilkinson (1997) e, sobretudo, de Eyre (1999) e Römer (2000). As reações do autor se encontram em Warburton (2000). Para a oposição entre Polanyi e Keynes no trabalho de Warburton, ver Eichler (1992).

³⁹ Para um panorama, ver Van De Mieroop (2004).

⁴⁰ Por outro lado, parece-me que a abordagem de North (1977, 1981) sobre as economias antigas é bem mais próxima do 'substantivismo' do que quis admitir Silver (1983), apropriando-se de maneira bastante tendenciosa, é preciso dizê-lo, da noção de 'custos de transação' de North; ver, a este propósito, Zaccagnini (1994, p. 215 ss.). J. Maucourant (2000, p. 11), por seu lado, prefere classificar Silver e North no interior do mesmo paradigma, mesmo reconhecendo diferenças entre os dois.

⁴¹ Clancier et al. (2005); ver, particularmente, as contribuições de Lafont, Michel, Rede e Jursa. Ver também a resenha crítica de Charpin (2005).

avaliar o potencial e os limites de certos postulados mais amplos a partir de estudos de casos bem circunstanciados, cujas fontes pudessem ser rigorosamente controladas. Casos de cidades como Larsa, Sippar ou Ur, em que há considerável documentação sobre as transferências de terrenos, tiveram um papel importante no desenvolvimento de uma visão que eu chamaria de 'privatista' sobre a economia mesopotâmica no início do segundo milênio a.C. assim como nas reações a essa interpretação. Parece-me, então, que seria útil retomar um exame destes casos prestigiosos para lhes dar uma nova leitura⁴². Essa seria, a meu ver, a melhor maneira de fazer uma história econômica teoricamente orientada e que não seja confundida com uma sim-

ples enunciação de princípios preconcebidos, desatrelados da realidade histórica que eles têm a pretensão de explicar. Por outro lado, essa abordagem permitiria conferir um alcance inédito aos estudos de caso, que poderiam, assim, influenciar decisivamente

a construção de uma visão consistente da vida econômica mesopotâmica.

O debate concentrou-se excessivamente na identificação dos agentes do controle do espaço (ou, mais especificamente, da 'terra'), o que explica a importância em torno da existência, ou não, da 'propriedade privada'. Por vezes, a disputa limitou-se a uma tomada de posição, favorável ou contrária, acerca de um postulado bastante abstrato. A meu ver, o verdadeiro problema situa-se alhures. Está fora de questão, no atual estágio de nosso conhecimento, negar que, no período babilônico

antigo, os grupos domésticos exercessem um papel significativo no controle do espaço, mas isso está longe de resolver o questionamento. É preciso analisar as diversas práticas de apropriação e as relações que elas entretêm com os demais domínios da vida social; é preciso estabelecer os modos de circulação dos terrenos e, caso haja um mercado, definir seus mecanismos; é preciso distinguir os elementos da ação apropriativa dos agentes econômicos, seus comportamentos de aquisição e disposição, procurando avaliar até que ponto eles indicam modelos, tendências, e em que são representativos de um verdadeiro sistema doméstico de apropriação do espaço.

O estudo dos arquivos familiares: questões metodológicas

No domínio da assiriologia, as monografias sobre arquivos familiares impuseram-se apenas recentemente. Elas são o resultado de uma lenta mudança de perspectivas da história econômica e social mesopotâmica, do reconhecimento de um objeto de estudo e do desenvolvimento de uma metodologia que permitiu explorá-lo.

Quando, em 1952, Goossens apresentou sua 'Introduction à l'archivéconomie de l'Asie Antérieure', ele pretendeu chamar a atenção dos especialistas sobre o potencial dos arquivos para o estudo da história do Oriente-Próximo e, em particular, da Mesopotâmia. A noção de arquivos opunha-se, aqui, àquela de biblioteca: em decorrência, os documentos ordinários, relativos às práticas cotidianas, ganhavam destaque ao lado dos grandes textos literários, dos anais palacianos e das narrativas mitológi-

⁴² Foi o que procurei fazer para o caso de Larsa: Rede (2004). Para Ur, ver o instigante estudo de Brusasco (1999-2000); para o norte babilônico, particularmente a região de Sippar, ver o recente trabalho de Goddeeris (2002), bem documentado, mas conceitualmente muito precário.

cas conservados nas bibliotecas dos reis. A tipologia de Goossens destacava os textos produzidos pelas chancelarias (especialmente a correspondência) e a contabilidade das organizações complexas, mas pouco falava dos arquivos familiares, mencionados apenas em uma nota (GOOSSENS, 1952, p. 99, n. 6). Diferentemente, em 1999, em uma obra de Van De Mieroop intitulada 'Cuneiform Texts and the Writing of History', os arquivos familiares ocupavam um espaço equivalente ao conferido a outros tipos de documentos, ombreando com cartas oficiais, documentos administrativos, textos literários, etc. (1999b, p. 17 ss.).

Entre esses dois momentos, a relação dos historiadores com suas fontes transformou-se consideravelmente. Não se trata simplesmente da assimilação de mais um tipo de documento, mas de uma nova classificação do *corpus* documental, de uma nova maneira de integrá-lo à operação historiográfica. Com efeito, os documentos epigráficos encontrados no contexto arqueológico doméstico, cujo conteúdo remetia aos negócios ditos privados, estiveram presentes desde muito cedo no desenvolvimento da disciplina, mesmo se todo o prestígio cabia aos grandes textos literários ou às inscrições reais em decorrência da perspectiva historiográfica dominante no século 19. No entanto, os documentos familiares foram, em geral, tratados individualmente, isolados do contexto arquivístico que lhes conferia um sentido⁴³. É verdade que, desde as primeiras publicações e estudos, algumas conexões já eram notadas, o que permitiu reconhecer algumas famílias, mas, na maior parte do tempo, os conjuntos permaneciam limitados e sem maior repercussão sobre a interpretação. A partir do final dos anos 70, a multiplicação dos estudos sobre os arquivos familiares implicou um tratamento

renovado dos documentos, agora reagrupados em arquivos cujo critério de vinculação era, sobretudo, o laço de parentesco entre os personagens individuais. Este procedimento contribuiu para inserir o documento em uma unidade de análise mais ampla e coerente e para visualizar de modo mais aprofundado as relações entre os diversos atores, situando-os em esferas de atividades econômicas, sociais, religiosas, etc. Podia-se, assim, superar um estudo focado nos indivíduos e nos eventos singulares, lançando os fundamentos para uma abordagem centrada sobre os grupos e as cadeias de ações, em uma maior profundidade temporal (cuja cronologia podia ser, agora, controlada de modo mais eficaz).

Nesse esforço, a prosopografia impôs-se como uma ferramenta privilegiada. Identificando e coletando todas as informações disponíveis sobre os personagens da documentação – filiação e outras informações sobre o parentesco, dados relativos às ocupações profissionais, títulos religiosos, natureza e frequência das relações com os demais personagens, etc. – tratava-se, primeiramente, de estabelecer a árvore genealógica das famílias, mas também de identificar os grupos sociais no interior de uma cidade (o clero, os mercadores, os artesãos, etc.). Desse modo, os dados provenientes da análise prosopográfica constituíam a base dos estudos dos arquivos familiares⁴⁴. De maneira complementar, mas também importante, a prosopografia foi essencial no estabelecimento da origem dos documentos, especialmente nos numerosos casos em que a proveniência não estava certificada por escavações oficiais ou quando os lotes

Não se trata simplesmente da assimilação de mais um tipo de documento, mas de uma nova classificação do corpus documental

⁴³ O exemplo precoce representado pelo estudo de Gautier (1908) sobre uma família de Dilbat é uma exceção que confirma a regra.

⁴⁴ Contrariamente ao que se poderia pensar, o procedimento não se limita às situações em que os indivíduos são nominalmente identificáveis, sendo igualmente útil para a análise de grupos anônimos: ver Van De Mieroop (1999b, p. 89 ss.).

tinham sido dispersos ou misturados entre a saída do sítio e a entrada no museu⁴⁵. Por outro lado, a prosopografia foi um instrumento eficaz para compreender o próprio funcionamento dos arquivos familiares na vida social mesopotâmica, desde os mecanismos de sua constituição e de sua transmissão entre as gerações até os procedimentos de arquivamento, reciclagem, triagem e descarte⁴⁶.

A abordagem arquivística, no entanto, também apresenta limitações. A principal delas é derivada de uma espécie de confusão metodológica entre a base heurística da análise (os arquivos enquanto conjunto de documentos) e o verdadeiro objeto de estudo (a família enquanto conjunto de relações). Na verdade, os estudos tenderam excessivamente a dar prioridade às rela-

Na verdade, os estudos tenderam excessivamente a dar prioridade às relações entre as fontes em detrimento das relações sociais

ções entre as fontes em detrimento das relações sociais. Por outro lado, o arquivo impunha limites, por assim dizer, 'naturais' ao observador: as atividades no interior da família e, sobretudo, o ponto de vista de seus membros sobre as próprias atividades apareceram como o

enquadramento lógico da pesquisa. Evidentemente, em grande parte, essa perspectiva a partir do interior tendia a impor-se de modo quase inelutável, pois os próprios arquivos resultavam da atividade dos grupos sob observação: se o historiador pode sempre realizar agrupamentos artificiais e

póstumos, em função das necessidades da pesquisa, não é menos verdadeiro que os arquivos derivam dos hábitos de arquivamento da família e refletem, em maior ou menor grau, sua visão sobre os fenômenos em questão. Em todo caso, esse problema – ou, sobretudo, o desconhecimento de suas implicações por parte do especialista – contribuiu para debilitar o potencial das monografias familiares para o estudo da história social e econômica da Mesopotâmia.

Apesar dessas limitações, a abordagem prosopográfica e a análise a partir dos arquivos continuam sendo a base indispensável e mais eficaz das monografias familiares, não havendo razões para deixar de aproveitar seu potencial⁴⁷. É possível, porém, completá-la por intermédio de uma abordagem analítica, visando principalmente um alargamento, ao mesmo tempo documental e histórico, da perspectiva: os arquivos de uma família devem ser considerados em conexão com o conjunto dos arquivos familiares contemporâneos, mas também com os documentos dispersos de igual natureza e que não formam arquivos. Esse procedimento é o único capaz de assegurar a representatividade dos fatores identificados pelo historiador a partir do estudo de uma família em particular. Em outros termos, ele permite saber se as práticas espaciais de um grupo são um bom índice do sistema de apropriação em geral ou, ainda, se as relações de parentesco nele verificadas são típicas ou, ao contrário, uma idiosincrasia ante as regras da sociedade. Em uma outra

⁴⁵ Assim, por exemplo, por meio de uma análise prosopográfica e diplomática, Charpin (1980) pôde identificar a origem exata dos documentos do British Museum, considerados até então como provenientes de Kutalla (Tell Sifr), mas que vinham, na verdade, de Ur (Tell Muqqayar). É preciso, justamente, notar que o estudo de Ward sobre os mesmos arquivos familiares, terminado em 1973, não havendo reconhecido corretamente a origem distinta dos dois lotes, encontrou-se consideravelmente enfraquecido em seus desenvolvimentos e conclusões.

⁴⁶ Ver Saporetti (1979, p. 8); Charpin (1986a, 2000). Evidentemente, a confrontação das informações prosopográficas com os dados arqueológicos permite afinar a enquete sobre a vida dos arquivos familiares; ver, a esse propósito: Stone (1981, 1987); Charpin (1986b, p. 28 ss.); Postgate (1990); Janssen, Gasche e Tanret (1994); Sauvage (1995); Castel (1995); Castel e Charpin (1997); Zettler (1996); Pedersen (1987, 1998).

⁴⁷ Para a importância da abordagem arquivística na superação de uma perspectiva estritamente filológica na história da Mesopotâmia, ver Gelb (1967, p. 3 ss.) e Steinkeller (1982, p. 639).

etapa, será necessário considerar também os arquivos palacianos e dos templos a fim de estabelecer os modos de inserção da família no ambiente social mais vasto da cidade e do reino, as relações com as estruturas de poder, as interações econômicas com as organizações, etc. Esses complementos à abordagem prosopográfica permitirão, então, superar um tratamento episódico das realidades estudadas e construir uma verdadeira história econômica e social fundada nas monografias familiares.

Conhecemos bem os problemas com que se defrontam todas as tentativas de uma história serial da Antigüidade ou das sociedades ditas pré-estatísticas. Um tratamento serial dos dados é, porém, o único modo de realizar as proposições sugeridas acima. Os especialistas insistem demasiadamente sobre o caráter lacunar das fontes mesopotâmicas. Sem dúvida, trata-se de uma carência real⁴⁸. Entretanto, sem querer menosprezar os limites impostos pela documentação – limites de quantidade e também de qualidade –, é preciso lembrar que a situação inversa, de superabundância das fontes, também impõe dificuldades sérias, pois a consideração da totalidade do corpus documental é igualmente impossível (pense-se, por exemplo, em uma história fiscal ou financeira dos Estados modernos!). Nesse quadro, creio que, em um tratamento serial, o mais importante é definir de modo rigoroso as questões a serem respondidas e proceder à seleção dos dados em função das problemáticas, levando em consideração, obviamente, a natureza e a abrangência das fontes. É preciso, em todo caso, reconhecer os limites do método: uma série imperfeita não deve substituir, sob o disfarce da exatidão matemática, as lacunas do tratamento

clássico, ou seja, não serial. A quantificação não é, em si mesma, garantia de maior potencial explicativo.

Assim, parece-me que o mais recomendável, no caso mesopotâmico, seria adotar, com todas as precauções, procedimentos estatísticos bastante moderados, em particular métodos descritivos, que visam organizar as informações em conjuntos coerentes e torná-las mensuráveis a fim de identificar as características tendenciais de certos fenômenos. Ao mesmo tempo, conviria evitar a aplicação de cálculos de probabilidade com o intuito de preencher as lacunas dos dados ou fazer projeções⁴⁹.

Em grande parte, a abordagem serial implica uma transformação na própria noção de documento: este deixa de ser exclusivamente o texto

(contratos, cartas, processos, etc.) e seu conteúdo para ser, sobretudo, a série de informações. As séries são, é claro, formadas a partir dos conteúdos documentais, mas são construídas em

função de critérios estabelecidos pelas questões colocadas, ou seja, pelo procedimento analítico. Os raciocínios fundados sobre séries quantificáveis têm, ao menos, uma tripla vantagem: elas conferem aos argumentos e às conclusões uma representatividade maior do que aquela derivada de um tratamento individual dos documentos; em segundo lugar, as séries permitem cruzar dados de modo mais ágil e amplo do que uma comparação caso a caso; e, por fim, oferecem a possibilidade de visualizar certos aspectos dos fenômenos sociais que seriam dificilmente perceptíveis de outro modo

Em grande parte, a abordagem serial implica uma transformação na própria noção de documento

⁴⁸ É preciso, porém, salientar a situação relativamente privilegiada da Mesopotâmia, ao menos em certos domínios, em relação a outras sociedades antigas. Para nos limitarmos à situação dos arquivos fundiários, lembremos, por exemplo, os graves problemas da história romana; ver: Moutti (1993, p. 79 ss.).

⁴⁹ Para as diferenças entre as estatísticas descritiva e analítica, ver Saly (1997, p. 5 s.).

(é o caso, por exemplo, das variações dos comportamentos dos agentes econômicos em uma perspectiva diacrônica).

As abordagens arquivística e serial são de natureza muito diferente, têm funda-

mentos distintos e são mais ou menos adaptadas segundo as situações documentais e os problemas históricos a serem enfrentados. Nem por isso são excludentes; ao contrário, são práticas complementares de pesquisa.

Abreviações

AHw: W. Von Soden. *Akkadisches Handwörterbuch*. Wiesbaden, 1965-1981. 3v.

CAD: *The Assyrian Dictionary of the Oriental Institute of the University of Chicago*, 1964 s.

Referências bibliográficas

- ANDREAU, J. *Banking and business in the roman world*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- _____. Twenty years after Moses I. Finley's *The Ancient Economy*. In: SCHEIDEL, W.; VON REDEN, S. (Ed.) *The ancient economy*. Edinburgh: University of Edinburgh Press, 2002. p. 33-49.
- ANDREAU, J.; ETIENNE, R. Vingt ans de recherches sur l'archaïsme et la modernité des sociétés antiques. *Revue des Études Anciennes*, 86, p. 55-83, 1984.
- AUSTIN, M.; VIDAL-NAQUET, P. *Économies et sociétés en Grèce ancienne*. Paris: Armand Colin, 1972.
- BARRY, L. S. et al. Glossaire de la parenté. *L'Homme*, 154-155, p. 721-732, 2000.
- BATTINI-VILLARD, L. *L'espace domestique en Mésopotamie de la III^e dynastie d'Ur à l'époque paléo-babylonienne*. Oxford: British Archaeological Reports, 1999. 2 v. (BAR International Series, 767).
- BLEIBERG, E. The economy of ancient Egypt. In: SASSON, J. (Ed.) *The civilizations of the ancient Near East*. Nova York: Charles Scribner's Sons, 1995. p. 1.373-1.385. v. 3
- _____. *The official gift in ancient Egypt*. Norman/London: University of Oklahoma Press, 1996.
- BOHANNAN, P.; BOHANNAN, L. *Tiv Economy*. London: Longmans, 1968.
- BOHANNAN, P.; DALTON, G. Introduction. In: BOHANNAN, P.; DALTON, G. (Ed.) *Markets in Africa*. Evanston: Northwestern University Press, 1962.
- BOURDIEU, P. *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil, 2000.
- BOUZON, E. A propriedade fundiária na baixa Mesopotâmia durante o período paleobabilônico. *Cadmo*, 1, p. 9-30, 1991.
- BRESSON, A. *La cité marchande*. (Scripta Antiqua, 2). Bordeaux: Ausonius, 2000.
- BRIDGES, S. J. *The Mesag archive: a study of sargonic society and economy*. Yale University: Unpublished Ph.D., 1981.
- BRUSASCO, P. Family archives and the social use of space in Old Babylonian houses at Ur. *Mesopotamia*, 34/35, p. 1-173, 1999-2000.
- BUCCELLATI, G. The role of socio-political factors in the emergence of 'public' and 'private' domains in early Mesopotamia. In: HUDSON, M.; LEVINE, B. A. (Ed.) *Privatization in the ancient Near East and Classical World*. Cambridge, MA: Peabody Museum of Archaeology and Ethnology, 1996. p. 129-147. (Peabody Museum Bulletin, 5).
- BURLING, R. Maximizations theories and the study of economic anthropology. *American Anthropologist*, 64, p. 168-187, 1962.
- CAHAN, J. A. The concept of property in Marx's theory of history: a defence of the autonomy of the socioeconomic base. *Science and Society*, 58, p. 392-414, 1994-1995.
- CAILLÉ, A. *Critique de la raison utilitaire*. Paris: La Découverte, 1989.
- _____. *Don, intérêt et désintéressement*. Bourdieu, Mauss, Platon et quelques autres. Paris: La Découverte/MAUSS, 1994.
- _____. *Anthropologie du don: le tiers paradigme*. Paris: Desclée de Brouwer, 2000.
- CALVET, Y. Maisons privées paléo-babyloniennes à Larsa. Remarques d'architecture. In: VEENHOF, K. R. (Ed.) *Houses and households in ancient Mesopotamia* (40^e Rencontre Assyriologique Internationale). Leiden: Nederlands Historisch-Archaeologisch Instituut te Istanbul, 1993. p. 197-209.
- _____. Les grandes résidences paléo-Babyloniennes de Larsa. In: GASCHE, H.; TANRET, M.;

- JANSSEN, C.; DEGRAVE, A. (Ed.) *Cinquante-deux réflexions sur le Proche-Orient ancien*. Leuven: Peeters, 1994. p. 215-228. (Mélanges Léon De Meyer / Mesopotamian History and Environment, Occasional Publications, 2).
- _____. *La place de Larsa dans l'architecture domestique mésopotamienne du II^e millénaire*. Thèse (Doctorat)—EPHE, Paris, 1997.
- _____. Bâtiments paléobabyloniens à Larsa. In: HUOT, J.-L. (Ed.) *Larsa. Travaux de 1987 et 1989*. Beyrouth: Institut Français d'Archéologie du Proche-Orient, 2003. p. 143-297. (Bibliothèque Archéologique et Historique, 165)
- CARDASCIA, G. Le concept babylonien de la propriété. *Revue Internationale des Droits de L'Antiquité*, 6, p. 19-32, 1959.
- CARSTEN, J; HUGH-JONES, S. (Ed.). *About the house: Lévi-Straus and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- CASSIN, E. Symboles de cession immobilière dans l'ancien droit mésopotamien. In: *Année Sociologique*, 5, p. 107-161, 1952.
- CASTEL, C. Contexte archéologique et statut des documents: les textes retrouvés dans les maisons mésopotamiennes du I^{er} millénaire av. J.-C. *Revue d'Assyriologie et d'Archéologie Orientale*, 89, p. 109-137, 1995.
- CASTEL, C. e CHARPIN, D. Les maisons mésopotamiennes. Essai de dialogue entre archéologue et épigraphiste. In: CASTEL, C.; AL-MAQDISSI, M.; VILLENEUVE, F. (Ed.) *Les maisons dans la Syrie antique du III^e millénaire aux débuts de l'Islam*. Pratiques et représentations de l'espace domestique. Beyrouth: IFAPO, 1997. p. 243-253.
- CHARPIN, D. *Archives Familiales et propriété privé en Babylonie ancienne: étude des documents de "Tell Sifr"*. Genève: Librairie Droz, 1980. (Hautes Etudes Orientales, 12).
- _____. Transmission des titres de propriété et constitution des archives privées en Babylonie ancienne. In: VEENHOF, K. R. (Ed.) *Cuneiform archives and libraries*. Leiden: Nederlands Historisch-Archaeologisch Instituut te Istanbul, 1986a. p. 121-140. (30^e Rencontre Assyriologique Internationale).
- _____. *Le clergé d'Ur au siècle d'Hammurabi (XIX^e - XVIII^e siècles av. J.-C.)*. Genève: Droz, 1986b.
- _____. Maisons et maisonnées en Babylonie ancienne de Sippar à Ur: remarques sur les grandes demeures des notables paléo-babyloniens. In: VEENHOF, K. R. (Ed.) *Houses and households in ancient Mesopotamia*. Leiden: Nederlands Historisch-Archaeologisch Instituut te Istanbul, 1996. p. 221-228. (40^e Rencontre Assyriologique Internationale).
- _____. Les prêteurs et le palais: les édits de mîsharum des rois de Babylone et leurs traces dans les archives privées. In: BONGENAAR, A. C. V. V. (Ed.) *Interdependency of institutions and private entrepreneurs*. Leiden: Historisch-Archaeologisch Instituut te Istanbul, 2000. p. 185-211. (MOS Studies, 2).
- _____. *Compte Rendu*. CLANCIER, Ph.; JOANNES, F.; ROUILLARD, P.; TENU, A. (Ed.) *Autour de Polanyi. Vocabulaires, théories et modalités des échanges*. Paris, 2005. *Revue d'Assyriologie et Archéologie Orientale*, 99, p. 189-191, 2005.
- CHAVALAS, M. W. *The house of Puzurum: a stratigraphic distributional, and social analysis of domestic units from Tell Ashara / Terqa, Syria, from the middle of the second millennium B. C.* University of California: Unpublished Ph.D., 1988.
- CHESSON, M. S. *Urban households in early Bronze Age communities of Syro-Palestine*. Harvard University: Unpublished Ph.D., 1987
- CLANCIER, Ph. et al. (Ed.) *Autour de Polanyi. Vocabulaires, théories et modalités des échanges*. Paris: De Boccard, 2005.
- COOK, S. The obsolete anti-market mentality: a critique of the substantive approach to economic anthropology. *American Anthropologist*, 68, p. 232-245, 1966.

- _____. The 'anti-market' mentality re-examined: a further critique of the substantive approach to economic anthropology. *Southwestern Journal of Anthropology*, 25, p. 378-406, 1969.
- _____. Economic anthropology: problems in theory, method, and analysis. In: HONIGMANN, J. J. (Ed.) *Handbook of social and cultural anthropology*. Chicago: Rand Macnally College publishing Co., 1973. p. 795-860.
- _____. Structural substantivism: a critical review of Marshal Sahlins' Stone Age Economics. *Comparative Studies in Society and History*, 16, p. 355-379, 1974.
- COOPER, R. G. Dynamic tension: symbiosis and contradiction in Hmong social relations. In: CLAMMER, J. (Ed.) *The new economic anthropology*. London: MacMillan, 1978. p. 138-175.
- DALTON, G. Economic theory and primitive society. *American Anthropologist*, 63, p. 143-167, 1961.
- _____. Theoretical issues in economic anthropology. *Current Anthropology*, 10, p. 63-80, 1969.
- DEBLAUWE, F. G. G. A Spatial Analysis of Mesopotamian Buildings from the late Bronze Age till the Parthian period. Los Angeles: University of California, 1994a. Unpublished Ph.D.
- _____. Spacing and statistics, or a different method to analyze buildings. A test with Mesopotamian houses from the Late Bronze and Iron Ages. *Akkadica*, 89-90, p. 1-8, 1994b.
- DEIMEL, A. Sumerische Tempelwirtschaft zur Zeit Urukaginas und Seine Vorgänger. *Analecta Orientalia*, 2, p. 71-113, 1931.
- DELIÈGE, R. *Anthropologie de la parenté*. Paris: Armand Colin, 1996.
- DESCAT, R. La cité grecque et les échanges: un retour à Hasebroek. In: ANDREAU, J.; BRIANT, P.; DESCAT, R. (Ed.) *Économie Antique. Les échanges dans l'antiquité: le rôle de l'Etat*. Saint-Bertrand-de-Comminges: Musée Archéologique Départemental. p. 11-29, 1994. (Entretiens d'Archéologie et d'Histoire, 1).
- _____. L'économie antique et la cité grecque – un modèle en question. *Annales*, p. 961-989, 1995.
- DIAKONOFF, I. M. Main features of the economy in the Monarchies of ancient Western Asia. In: FINLEY, M. I. (Ed.) *The ancient empires and the economy*. Paris, 1969. (Third international conference of economic history).
- _____. On the structures of old Babylonian society. In: KLENGEL, H. (Ed.) *Beiträge zur Sozialen Struktur des Alten Vorderasien*. Berlin: Akademie Verlag, 1971.
- _____. Socio-economic classes in Babylonia and Babylonian concept of social stratification. In: EDZARD, D. O. (Ed.) *Gesellschaftsklassen im alten Zweistromland und in den Angrenzenden Gebieten*. München: Verlag der Bayerischen Akademie der Wissenschaften, 1972. p. 41-52. (18e Rencontre Assyriologique Internationale).
- _____. Structure of society and state in early dynastic Sumer. *Monographs of the ancient Near East*, 1, p. 6-16, 1974.
- _____. The rural community in the ancient Near East. *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, 18, p. 121-133, 1975.
- _____. The structure of Near Eastern society before the middle of the 2nd millennium B.C. *Oikumene*, 3, p. 6-100, 1982.
- _____. Extended families in Old Babylonian Ur. *Zeitschrift für Assyriologie*, 75, p. 47-65. 1985.
- _____. Women in old Babylonia not under patriarchal authority. *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, 29, p. 225-238, 1986.
- _____. The city-states of Sumer. In: DIAKONOFF, I. M. (Ed.) *Early Antiquity*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. p. 67-83.
- _____. Extended family households in Mesopotamia (III-II millennia B.C.). In: VEENHOF, K.

- R. (Ed.) *Houses and households in ancient Mesopotamia*. Leiden: Nederlands Historisch-Archaeologisch Instituut te Istanbul, 1996. p. 55-59. (40^e Rencontre Assyriologique Internationale).
- _____. *The Paths of History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- DRIEL, G. Van, Land in ancient Mesopotamia: That what remains undocumented does not exist. In: HARING, B.; MAAIJER, R. de (Ed.) *Landless and Hungry? Access to land in early and traditional societies*. Leiden: CNWS/Netherlands School of Asian, African, and Amerindian Studies, 1998.
- _____. The Mesopotamian north: land use, an attempt. JAS, R. M. (Ed.) *Rainfall and agriculture in northern Mesopotamia*. Leiden: Nederlands Historisch-Archaeologisch Instituut te Istanbul, 2000. p. 265-299. (Mos Studies, 3).
- EARLE, T. Archaeology, property, and prehistory. *Annual Review of Anthropology*, 29, p. 39-60, 2000.
- EDZARD, D. O. Private land ownership and its relation to 'God' and the 'State' in Sumer and Akkad.
- HUDSON, M. e LEVINE, (Ed.) *Privatization in the ancient Near East and Classical World*. Cambridge: MA, Peabody Museum of Archaeology and Ethnology, 1996. p. 109-128. (Peabody Museum Bulletin, 5).
- EICHLER, E. Polanyi - Keynes - Warburton: zur Rekonstruktion des altägyptischen Wirtschaftssystemes. *Göttinger Miszellen*, 131, p. 25-31, 1992.
- EYRE, C. J. Compte Rendu de D. Warburton - State and Economy in ancient Egypt. *Journal of the Social and Economic History of the Orient*, 42, p. 575-577, 1999.
- FALKENSTEIN, A. La cité-temple sumérienne. *bCahiers d'Histoire Mondiale*, 1, p. 784-814, 1954.
- FINLEY, M. I. *The ancient economy*. London: Chatto & Windus, 1973.
- FIRTH, R. *Primitive Polynesian economy*. London: Routledge & Kegan Paul, 1965.
- _____. *Themes in economic anthropology*. London: Tavistock Publications, 1967. (ASA Monograph, 6).
- FOSTER, B. R. A new look at the Sumerian temple-state. *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, 24, p. 225-241, 1981.
- _____. *Administration and use of institutional land in Sargonic Sumer*. Copenhagen: Akademisk Forlag, 1982. (Copenhagen Studies in Assyriology, 9).
- FRIEDL, C. Polygynie in Mesopotamien und Israel. Sozialgeschichtliche Analyse polygamer Beziehungen anhand rechtlicher Texte aus dem 2. und 1. Jahrtausend v. Chr. Münster: Ugarit Verlag, 2000. (Alter Orient und Altes Testament, 277).
- GARFINKLE, S. J. *Private enterprise in Babylonia at the end of the third millennium BC*. Columbia University: Unpublished Ph.D., 2000.
- GARNSEY, P. Urban property investment in Roman society. In: GARNSEY, P. *Cities, peasants and food in classical antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 63-76.
- GARNSEY, P.; SALLER, P. *L'Empire romain. Économie, Société, Culture*. Paris: Éditions La Découverte, 1994.
- GAUTIER, J.-E. *Archives d'une famille de Dilbat au temps de la première dynastie de Babylone*. Le Caire, 1908.
- GELB, I. J. Approaches to the study of ancient society. *Journal of the American Oriental Society*, 87, p. 1-8, 1967.
- _____. On the alleged temple and state economies in ancient Mesopotamia. *Studi in Onore di E. Volterra*, 6. Milano, p. 137-154, 1969.
- _____. Household and family in early Mesopotamia. In: LIPINSKI, E. (Ed.) *State and temple economy in the Ancient Near East*. Leuven: Departement Oriëntalistiek, 1979. p. 1-97. v. 1. (Orientalia Lovaniensia Analecta, 5).
- GELB, I. J.; STEINKELLER, P.; WHITING, R. M. *Earliest land tenure systems in the Near East: the ancient kudurrus*. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 1991. (Oriental Institute Publications, 104).

- GILMAN, A. Reconstructing property systems from archaeological evidence. In: HUNT, R. C.; GILMAN, A. (Ed.) *Property in economic context*. Lanhan: University Press, 1998. p. 215-233.
- GLASSNER, J. -J. Aspects du don, de l'échange et de l'appropriation du sol dans la Mésopotamie du III^e Millénaire, avant la fondation de l'empire d'Ur. *Journal Asiatique*, 273, p. 11-59, 1985.
- _____. De Sumer à Babylone: familles pour gérer, familles pour régner. In: BURGUIERE, A.; KLAPISCH-ZUBER, C.; SEGALIN, M.; ZONABEND, F. (Ed.) *Histoire de la famille*. Paris: Armand Colin, 1986. p. 99-133. v. 1.
- _____. La gestion de la terre en Mésopotamie selon le témoignage des kudurrus anciens. *Bibliotheca Orientalis*, 52, p. 5-24, 1995.
- GLEDHILL, J.; LARSEN, M. T. The Polanyi paradigm and a dynamic analysis of archaic states. In: RENFREW, C.; ROWLANDS, M. J.; SEGRAVES, B. A. (Ed.) *Theory and explanation in archaeology*. Nova York: Academic Press, 1982.
- GODBOUT, J. T.; CAILLÉ, A. *L'esprit du don*. Paris: La Découverte, 1992.
- GODDEERIS, A. *Economy and society in northern Babylonia in the early old Babylonian period (ca. 2000 - 1800 BC)*. Leuven: Peeters, 2002. (*Orientalia Lovaniensia Analecta*, 109).
- GODELIER, M. *Un domaine contexté: l'anthropologie économique*. Paris: Mouton, 1974.
- _____. Préface. In: POLANYI, K.; ARENSBERG, C. (Ed.) *Les systèmes économiques dans l'histoire et dans la théorie*. Paris: Larousse, 1975. p. 9-32.
- _____. L'appropriation de la nature. Territoire et propriété dans quelques formes de sociétés précapitalistes. *La Pensée*, 198, p. 7-50, 1978.
- _____. L'appropriation matérielle et sociale de la nature. In: *L'idéal et le matériel*. Paris: Fayard, 1984. p. 43-163.
- _____. Propriété. In: *Enciclopedia Einaudi*. Torino: Einaudi, 1986. p. 367-384. v. 11
- GOODY, J. *Death, property and the ancestors. A study of the mortuary customs of the LoDagaa of West Africa*. California: Stanford University Press, 1962.
- GOOSSENS, G. Introduction à l'archivéconomie de l'Asie Antérieure. *Revue d'Assyriologie et d'Archéologie Orientale*, 46, p. 98-107, 1952.
- GOTTDIENER, M. *The social production of urban space*. Austin: University of Texas, 1985.
- GRANOVETTER, M. *Le marché autrement*. Paris: Desclée de Brouwer, 2000.
- GRÉGOIRE, J.-P. L'origine et développement de la civilisation Mésopotamienne du troisième millénaire avant notre ère. In: BRÉTEAU, C. H. et al. *Production, pouvoir et parenté dans le monde méditerranéen*. Paris: Geuthner, 1981. p. 27-101.
- GREENGUS, S. Old Babylonian marriage ceremonies and rites. *Journal of Cuneiform Studies*, 20, p. 55-72, 1966.
- HERSKOVITS, M. J. *Economic Anthropology*. Nova York: Knopf, 1952.
- HOPKINS, K. *Conquerors and slaves*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- HUMPHREYS, S. C. *Anthropology and the Greeks*. London: Routledge & Kegan Paul, 1978.
- INGOLD, T. *The appropriation of nature. Essays on human ecology and social relations*. Manchester: Manchester University Press, 1986.
- JACOB, A.; VÉRIN, H. (Ed.) *L'insertion sociale du marché*. Paris: L'Harmattan, 1995.
- JANKOWSKA, N. B. Extended family commune and civil self-government in Arrapha in the fifteenth-fourteenth century B.C. In: DIAKONOFF, I. M. (Ed.) *Ancient Mesopotamia*. Moscow, 1969.
- JANSSEN, J. J. *Commodity prices from the Ramessid period. An economic study of the village of necropolis workmen at Thebes*. Leiden: E. J. Brill, 1975a.
- _____. *Prolegomena to the study of Egypt's economic history during the new kingdom*. Studien

zur altägyptischen Kultur, 3, p. 127-185, 1975b.

_____. Gift-Giving in ancient Egypt as an economic feature. *The Journal of Egyptian Archaeology*, 68, p. 253-258, 1982.

JANSSEN, C.; GASCHE, H.; TANRET, M. Du chantier à la tablette: Ur-Utu et l'histoire de sa maison à Sippar-Amnânnum. In: GASCHE, H.; TANRET, M.; JANSSEN, C.; DEGRAVE, A. (Ed.) *Cinquante-deux réflexions sur le Proche-Orient ancien*. Leuven: Peeters, 1994. p. 91-123. (Mélanges Léon de Meyer).

JOYCE, R. A.; GILLESPIE, S. D. (Ed.) *Beyond kinship. Social and material reproduction in house societies*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2000.

JURSA, M. Money-based exchange and redistribution: the transformation of the institutional economy in the first millennium Babylonia. In: CLANCIER, Ph. et al. (Ed.) *Autour de Polanyi. Vocabulaires, théories et modalités des échanges*. Paris: De Boccard, 2005.

KAPLAN, D. The formal-substantive controversy in economic anthropology: reflections on its wider implications. *South-western Journal of Anthropology*, 24, p. 228-251, 1968.

KEITH, K. E. *Cities, neighbourhoods, and houses: urban spatial organization in Old Babylonian Mesopotamia*. University of Michigan: Unpublished Ph.D., 1999.

KEMP, B. J. *Ancient Egypt: Anatomy of a civilization*. London: Routledge, 1989.

KENT, S. Activity areas and architecture: an interdisciplinary view of the relationship between use of space and domestic built environments. In: KENT, S. (Ed.) *Domestic architecture and the use of space. An interdisciplinary cross-cultural study*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

KLIMA, J. Sur les recherches concernant l'économie et la société de la Mésopotamie ancienne. *Studia Orientalia*, 46, p. 129-139, 1975.

_____. La communauté rurale dans la Babylonie ancienne. In: THEODORIDES, A. et al. *Les communautés rurales*. Paris: Dessain et Tolra, 1983. p. 107-132. (Recueils de la Société Jean Bodin, 41).

KOMORÓCZY, G. Land property in ancient Mesopotamia and the theory of so called Asiatic mode of production. *Oikumene*, 2, p. 9-26, 1978.

KOPPEN, F. Van, Seized by royal order: The households of Sammêtar and others magnates at Mari. In: CHARPIN, D.; DURAND, J.-M. (Ed.) *Récueil d'études à la mémoire d'André Parrot*. Paris, SEPOA, 2002. p. 289-372. (Florilegium Marianum, 6 / Mémoires de NABU, 7).

KRAUS, F. R. Le rôle des temples depuis la troisième dynastie d'Ur jusqu'à la première dynastie de Babylone. *Cahier d'Histoire Mondiale*, 1, p. 518-545, 1954.

LABURTHE-TOLRA, Ph.; WARNIER, J.-P. La parenté. In: LABURTHE-TOLRA, Ph.; WARNIER, J.-P. *Ethnologie, Anthropologie*. Paris: PUF, 1993.

LAFONT, B. Institutions, économie et société - s.v. Sumer. *Supplément au Dictionnaire de la Bible*, 72, p. 124-204, 1999.

_____. Fortunes, héritages et patrimoines dans la haute histoire mésopotamienne. À propos de quelques inventaires de bien mobiliers. In: BRENQUET, C.; KEPINSKI, Ch. (Ed.) *Études Mésopotamiens*. Paris: ERC, 2001. p. 295-313. (Mélanges J.-L. Huot).

_____. De l'influence de la pensée de Karl Polanyi en assyriologie. In: CLANCIER, Ph. et al. (Ed.) *Autour de Polanyi. Vocabulaires, théories et modalités des échanges*. Paris: De Boccard, 2005.

LASLETT, P.; WALL, R. (Ed.). *Household and family in past time*. Cambridge: University Press, 1972.

LAWRENCE, D. L.; LOW, S. M. The built environment and spatial form. *Annual Review of Anthropology*, 19, p. 453-505, 1990.

LeCLAIR Jr., E. E. Economic theory and economic anthropology. *American Anthropologist*, 64, p. 1179-1203, 1962.

LEEMANS, W. F. *The Old-Babylonian merchant. His business and his social position*. Leiden: E. J. Brill,

1950. (Studia et Documenta ad Iura Orientis Antiqui Pertinentia, 3).
- _____. Trouve-t-on des 'communautés' rurales dans l'ancienne Mésopotamie? In: THEODORIDES, A. et al. *Les communautés rurales*. Paris: Dessain e Tolra, 1983. p. 43-106. (Recueils de la Société Jean Bodin, 41).
- _____. The Family in the Economic Life of the Babylonian Period. *Oikumene*, 5, p. 15-22, 1986.
- LEVI-STRAUSS, C. L'organisation sociale des Kwakiutl. In: LEVI-STRAUSS, C. *La vie des masques*. Paris: Plon, 1979.
- _____. Clan, lignée, maison. In: *Paroles données*. Paris, Plon, 1984.
- _____. Maison. In: BONTE, P.; IZARD, M. (Ed.) *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*. Paris: Quadrige/PUF, 1991. p. 434-436.
- LIMET, H. Le rôle du palais dans l'économie néo-sumérienne. In: LIPINSKI, E. (Ed.) *State and temple economy in the ancient Near East*. Leuven, 1979. p. 235-248. v. 1. (Orientalia Lovaniensia Analecta, 5).
- LIVERANI, M. Land tenure and inheritance in ancient Near East: the interaction between 'palace' and 'family' sectors. In: KHALIDI, T. (Ed.) *Land tenure and social transformation in the Middle East*. Beirut: American University of Beirut, 1984. p. 33-44.
- _____. *Guerra e diplomazia nell'Antico Oriente - 1600-1100 a.C.* Roma: Laterza, 1994.
- _____. Ancient near eastern cities and modern ideologies In: WILHELM, G. (Ed.) *Die orientalische Stadt: Kontinuität, Wandel, Bruch*. Saarbrücken: SDU, 1997. p. 85-107.
- _____. The great powers' club. In: COHEN, R.; WESTBROOK, R. (Ed.) *Amarna Diplomacy. The beginnings of international relations*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2000. p. 15-27.
- LUBY, E. M. *Social variation in ancient Mesopotamia: an architectural and mortuary analysis of Ur in the early second millennium B.C.* New York: State University of New York, 1990. Unpublished Ph.D.
- MAAIJER, R. de. Land tenure in Ur III Lagash. In: HARING, B.; MAAIJER, R. de (Ed.) *Landless and Hungry? Access to land in early and traditional societies*. Leiden: CNWS/Netherlands School of Asian, African, and Amerindian Studies, 1998.
- MAEKAWA, K. Agricultural production in ancient Sumer. *Zinbun*, 13, p. 1-60, 1974.
- _____. The rent of tenant field (gán-APIN.LAL) in Lagash. *Zinbun*, 14, p. 1-54, 1977.
- _____. The agricultural texts of Ur III Lagash of the British Museum (IV). *Zinbun*, 21, p. 91-157, 1986.
- _____. The management of domain land in Ur III Umma: a study of BM 110116. *Zinbun*, 22, p. 25-82, 1987.
- MAISELS, Ch. K. *The Near East: archaeology in the 'cradle of civilization'*. London: Routledge, 1998.
- MALUL, M. *Studies in Mesopotamian legal symbolism*. 1988. (Alter Orient und Altes Testament, 221).
- MANNING, J. G. Demotic Egyptian instruments of transfer as evidence for private ownership of real property. *Chicago-Kent Law Review*, 71, p. 237-268, 1995.
- MANNING, J. G.; MORRIS, I. *The ancient economy. Evidence and models*. Stanford: Stanford University Press, 2005.
- MAON, P. Propriété. *Supplément au Dictionnaire de la Bible*, 8/47, p. 1337-1353, 1972.
- MATTHEWS, R. *The archaeology of Mesopotamia: theories and approaches*. London: Routledge, 2003.
- MAUCOURANT, J. Une analyse économique de la redistribution est-elle possible - éléments de comparaison entre la 'new institutional economics' et l'approche substantive. *Topoi*, 6, p. 131-158, 1996.
- _____. Echange, commerce et monnaie dans les économies non modernes: Un réexamen de l'approche de Karl Polanyi. *Transeuphratène*, 20, p. 9-43, 2000.
- MAUCOURANT, J.; GENTET, D. La question de la monnaie en Egypte ancienne. *Revue du M.A.U.S.S.*,

13, p. 155-164, 1991.

_____. Une critique de la hausse des prix à l'ère ramesside. *Dialogue d'Histoire Ancienne*, 17, p. 13-31, 1992.

MAYHEW, A.; NEALE, W. C.; TANDY, D. Markets in the Ancient Near East: a challenge to Silver's use of evidence. *Journal of Economic History*, 45, p. 127-134, 1985.

MENESES, U. T. B. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, 115, p. 103-117, 1983.

MENU, B. Les actes de vente en Égypte ancienne, particulièrement sous les rois kouchites et saïtes. *The Journal of Egyptian Archaeology*, 74, p. 165-181, 1988.

MICHEL, C. Le commerce privé ds assyriens en Anatolie: un modèle du commerce archaïque selon K. Polanyi. In: CLANCIER, Ph. et al. (Ed.) *Autour de Polanyi. Vocabulaires, théories et modalités des échanges*. Paris: De Boccard, 2005.

MOATTI, C. Archives et partage de la terre dans le monde romain (II^e siècle avant - I^{er} siècle après J.-C.). Rome: Ecole Française de Rome, 1993.

MÜLLER, V. Types of Mesopotamian Houses. *Journal of American Oriental Society*, 60, p. 151-180, 1940.

MÜLLER-WOLLERMANN, R. Warenaustausch im Ägypten des alten Reiches. *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, 28, p. 121-168, 1985.

MURPHY, S. B. The notion of moral economy in the study of ancient Near East. In: PROSECKY, J. (Ed.) *Intellectual Life of the Ancient Near East*. Prague: Academy of Sciences of the Czech Republic Oriental Institute, 1998. p. 269-281. (43^{ème} Rencontre Assyriologique Internationale).

NETTING, R. McC. *Smallholders, Households. Farms families and the ecology of intensive, sustainable agriculture*. Standford: Standford University Press, 1993.

NETTING, R. McC.; WILK, R. R.; ARNOULD, E. J. (Ed.) *Households. Comparative and historial studies of the domestic group*. Berkeley: University of California Press, 1984.

NEUMANN, H. Zum Problem des privaten Bodeneigentums in Mesopotamien (3. Jt. v. u. Z.). In: BRENTJES, B. (Ed.) *Das Grundeigentum in Mesopotamien (Jahrbuch für Wirtschafts Geschichte)*. Berlin: Akademie Verlag, 1988. p. 29-48.

NISSSEN, H. J. Die 'Tempelstadt': Regierungsform der frödynastischen Zeit in Babylonien? In: KLENGEL, H. (Ed.) *Gesellschaft und Kultur im alten Vorderasien*. Berlin, 1982. p. 195-200.

NORTH, D. C. Markets and others allocation systems in history: the challenge of Karl Polanyi. *The Journal of European Economic History*, 6, p. 703-716, 1977.

_____. *Structure and change in economic history*. Nova York: W.W. Norton, 1981.

OPPENHEIM, A. L. A bird-eye view of Mesopotamian economic history. In: POLANYI, K.; ARENSBERG, C. M.; PEARSON, H. W. (Ed.) *Trade and markets in the early empires: economy in history and theory*. Glencoe, Illinois: Free Press, 1957.

PARKIN, R. *Kinship: an introduction to the basic concepts*. Oxford: Blackwell, 1997.

PECIRKOVÁ, J. Social and economic aspects of Mesopotamian history in the work of Soviet historians (Mesopotamia in the first millenium B.C.). *Archív Orientální*, 47, p. 111-122, 1979.

PEDERSEN, O. Private archives in Assur compared with some other sites. *State Archives of Assyria Bulletin*, p. 43-52, 1987.

_____. *Archives and libraries in the ancient Near East (1500-300 BC)*. Bethesda: CDL Press, 1998.

PETTINATO, G. Il binomio tempio-stato e l'economia della seconda dinastia di Lagash. *Oriens Antiquus*, 7, p. 39-50, 1968.

_____. La proprietà fondiaria nella Mesopotamia del 3. millenio dal periodo di Gemdet Nasr alla 3a. dinastia di Ur. In: KLENGEL, H.; RENGGER, J. (Ed.) *Landwirtschaft im alten Orient*. Berlin: Dietrich

- Reimer Verlag, 1999. p. 99-113. (41^e Rencontre Assyriologique Internationale).
- PFÄLZNER, P. Activity areas and the social organization of third millennium B.C. households. In: VEENHOF, K. R. (Ed.) *Houses and households in ancient Mesopotamia*. Leiden: Nederlands Historisch-Archaeologisch Instituut te Istanbul, 1996. p. 117-127. (40^e Rencontre Assyriologique Internationale).
- POLANYI, K. *The great transformation*. Nova York: Farrar, 1944.
- _____. Marketless trading in the time of Hammurabi. In: POLANYI, K.; ARENSBERG, C.; PEARSON, H. W. (Ed.). *Trade and Markets in the early empires: economy in history and theory*. Glencoe, Illinois: Free Press, 1957.
- POLANYI, K.; ARENSBERG, C. M.; PEARSON, H. W. (Ed.). *Trade and Markets in the early empires: economy in history and theory*. Glencoe, Illinois: Free Press, 1957.
- POSTGATE, J. N. Archaeology and the texts - Bridging the gap. *Zeitschrift für Assyriologie*, 80, p. 228-240, 1990.
- POWELL, M. A. Elusive Eden: private property at the dawn of history. *Journal of Cuneiform Studies*, 46 p. 99-104, 1994.
- PRATTIS, J. I. Alternative views of economy in economic anthropology. In: CLAMMER, J. (Ed.) *Beyond the new economic anthropology*. London: MacMillan, 1987. p. 8-44.
- RAPOPORT, A. Spatial organization and the built environment. In: INGOLD, T. (Ed.) *Companion Encyclopedia of Anthropology*. London: Routledge, 1994. p. 460-502.
- REDE, M. *L'Appropriation de l'espace domestique à Larsa. La trajectoire de la famille Sanum*. Thèse (Doctorat) - Université de Paris, Sorbonne, Paris, 2004. Inédite
- _____. Le 'commerce sans marché à l'époque de Hammu-rabi': réévaluation d'une thèse polanyienne à partir d'une étude de cas. In: CLANCIER, Ph. et al. (Ed.) *Autour de Polanyi*. Vocabulaires, théories et modalités des échanges. Paris: De Boccard, 2005.
- RENGER, J. Das Privateigentum an der Feldflur in der altbabylonischen Zeit. In: BREMTJES, B. (Ed.) *Das Grundeigentum in Mesopotamien (Jahrbuch für Wirtschafts Geschichte)*. Berlin: Akademie Verlag, 1988a. p. 49-67.
- _____. Zu aktuellen Frage der mesopotamische Wirtschaftsgeschichte. In: VAVROUSEK, P.; SOUCEK, V. (Ed.) *Shulmu*. Prague: Charles University, 1988b. p. 301-317. (Papers on the ancient Near East presented at International Conference of Socialist Countries, Prague, 1986).
- _____. Probleme und Perspektiven einer Wirtschaftsgeschichte Mesopotamiens. *Saeculum*, 40, p. 166-178, 1989.
- _____. Different economic spheres in the urban economy of ancient Mesopotamia. In: AERTS, E.; KLENGEL, H. (Ed.) *The town as regional economic centre in the ancient Near East*. Leuven: Leuven University Press, 1990. p. 20-28. (Proceedings Tenth International Economic History Congress-1990; Studies in Social and Economic History, 20).
- _____. On economic structures in ancient Mesopotamia. *Orientalia*, p. 157-208, 1994.
- _____. Institutional, communal, and individual ownership or possession of arable land in ancient Mesopotamia from the end of the fourth to the end of the first millennium B.C. *Chicago-Kent Law Review*, 71, p. 269-319, 1995.
- _____. Das Palastgeschäft in der altbabylonischen Zeit. In: BONGENAAR, A. C. V. V. (Ed.) *Interdependency of institutions and private entrepreneurs*. Leiden: Historisch-Archaeologisch Instituut te Istanbul, 2000. p. 153-183. (MOS Studies, 2).
- ROBERT, M. *L'architecture domestique en Mésopotamie durant le 3^{ème} Millénaire av. J.-C.* Mémoire de Maîtrise: Université Laval, 1995.
- ROBERTSON, J. F. Profit-seeking, market orientations and mentality in the Ancient Near East.

- Journal of the American Oriental Society*, 113, p. 437-443, 1993.
- RÖMER, M. Staat und Wirtschaft im alten Ägypten. *Orientalia*, 69, p. 407-429, 2000.
- SACK, R. D. *Human territoriality - its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. (Cambridge Studies in Historical Geography, 7).
- SAHLINS, M. D. Political power and the economy in primitive society. In: DOLE, G. E.; CARNEIRO, R. A. (Ed.) *Essays in the science of culture in honour of Leslie A. White*. Nova York: Thomas Crowell, 1960.
- _____. *Tribesmen*. Englewood's Cliffs: Prentice-Hall, 1968.
- _____. *Stone age economics*. London: Routledge, 1972.
- SALY, P. *Méthodes statistiques descriptives pour les historiens*. Paris: Armand Colin, 1997.
- SAPORETTI, C. Assur 14446: La famiglia A. Acesa e declino di persone e famiglie all'inizio del medio-regno assirio. Malibu: Undena Publications, 1979. v. 1
- SAUVAGE, M. Le contexte archéologique et la fin des archives à Khirbet ed-Diniyé – Harâdum. *Revue d'Assyriologie et d'Archéologie Orientale*, 89, p. 41-55, 1995.
- SCHEIDEL, W.; VON REDEN, S. (Ed.) *The ancient economy*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2002.
- SCHLOEN, J. D. *The house of the father as fact and symbol*. Patrimonialism in Ugarit and the ancient Near East. Winona Lake: Eisenbrauns, 2001.
- SCHNEIDER, A. *Die Anfänge der Kulturwirtschaft*. Die sumerische Tempelstadt Essen, G. D. Baedeker, Verlagshandlung, 1920. (Staatswissenschaftliche Beiträge, 4).
- SCOTT, C. Property, practice and aboriginal rights among Quebec Cree hunters. In: INGOLD, T.; RICHES, D.; WOODBURN, J. (Ed.) *Hunters and Gatherers, Volume 2: Property, power and ideology*. Oxford: Berg Publishers, 1988.
- SEGALEN, M. *Sociologie de la famille*. Paris, Armand Colin, 2000.
- SERVET, J.-M.; MAUCOURANT, J.; TIRAN, A. (Ed.) *La modernité de Karl Polanyi*. Paris: L'Harmattan, 1998.
- SILVER, M. Karl Polanyi and markets in the ancient Near East: the challenge of the evidence. *Journal of Economic History*, 53, p. 795-829, 1983.
- _____. *Economic structures of the ancient Near East*. London, 1985a.
- _____. Karl Polanyi and markets in the ancient Near East: reply. *Journal of Economic History*, 45, p. 135-137, 1985b.
- _____. *Economic structures of antiquity*. Westport/London: Greenwood Press, 1995.
- _____. Modern ancients. In: ROLLINGER, R.; ULF, C. (Ed.) *Commerce and monetary systems in the ancient world: means of transmission and cultural interaction*. München: Franz Steiner Verlag, 2004.
- SNELL, D. C. Marketless trading in our time. *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, 34, p. 129-141, 1991.
- _____. Theories of ancient economies and societies. In: *Life in the ancient Near East*. New Haven: Yale University Press, 1997. p. 145-158.
- STANFIELD, J. R. *The economic thought of Karl Polanyi*. London: MacMillan, 1986.
- STEINKELLER, P. On editing Ur III economic texts. *Journal of the American Oriental Society*, 102, p. 639-644, 1982.
- _____. Grundeigentum in Babylonien von Uruk IV bis zur frühdynastischen Periode II. In: BRENTJES, B. (Ed.) *Das Grundeigentum in Mesopotamien (Jahrbuch für Wirtschafts Geschichte)*. Berlin: Akademie Verlag, 1988. p. 11-27.
- _____. Land tenure conditions in Southern Babylonia under the Sargonic dynasty In: BÖCK, B.; CANCIK-KIRSCHBAUM, E.; RICHTER, T. (Ed.) *Munuscula Mesopotamica*. Münster: Ugarit Verlag,

- 1999a. (Alter Orient und Altes Testament, 267).
- _____. Land-tenure conditions in third-millennium Babylonia: the problem of regional variation. In: HUDSON, M.; LEVINE, B. A. (Ed.) *Urbanization and land ownership in the ancient Near East*. Cambridge, MA: Peabody Museum of Archaeology and Ethnology, 1999b. (Peabody Museum Bulletin, 7).
- STONE, E. C. Texts, architecture and ethnographic analogy: patterns of residence in old Babylonian Nippur. *Iraq*, 43, p. 19-33, 1981.
- _____. *Nippur Neighbourhoods*. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 1987. (Studies in Ancient Oriental Civilization, 44).
- _____. The spatial organization of Mesopotamian cities. In: MICHALOWSKI, P.; STEINKELLER, P.; STONE, E. C.; ZETTLER, R. L. (Ed.) *Velles Paraules*. Barcelona: AUSA, 1991. (Aula Orientalis, 9).
- _____. Houses, households and neighborhoods in the old Babylonian period: the role of extended families. In: VEENHOF, K. R. (Ed.) *Houses and households in ancient Mesopotamia*. Leiden: Nederlands Historisch-Archaeologisch Instituut te Istanbul, 1996. p. 229-235. (40^e Rencontre Assyriologique Internationale).
- SWEET, R. F. G. On prices, moneys, and money uses in the Old Babylonian Period. Chicago: University of Chicago, 1958. Unpublished Ph.D.
- SZLECHTER, É. De quelques considérations sur l'origine de la propriété foncière privée dans l'ancien droit mésopotamien. *Revue Internationale des Droits de l'Antiquité*, 5, p. 121-136, 1958.
- THEODORIDÈS, A. La propriété et ses démembrements en droit pharaonique. *Revue Internationale des Droits de l'Antiquité*, 24, p. 21-64, 1977.
- TYUMENEV, A. I. The state economy in ancient Sumer. In: DIAKONOFF, I. M. (Ed.) *Ancient Mesopotamia*. Moscow: Nauka, 1969. p. 70-87.
- VAN DE MIEROOP, M. *Society and enterprise in Old Babylonian Ur*. Berlin: Dietrich Reimer Verlag, 1992. (Berliner Beiträge zum Vorderen Orient, 12).
- _____. Thoughts on urban real estate in ancient Mesopotamia. In: HUDSON, M.; LEVINE, B. A. (Ed.) *Urbanization and land ownership in the ancient Near East*. Cambridge, MA: Peabody Museum of Archaeology and Ethnology, 1999a. p. 253-275. (Peabody Museum Bulletin, 7).
- _____. *Cuneiform texts and the writing of history*. London: Routledge, 1999b.
- _____. Economic theories and the ancient Near East. In: ROLLINGER, R.; ULF, C. (Ed.) *Commerce and monetary systems in the ancient world: means of transmission and cultural interaction*. München: Franz Steiner verlag, 2004.
- VAN DER TOORN, K. Magic in the cradle: a reassessment. In: ABUSCH, T.; VAN DER TOORN, K. (Ed.) *Mesopotamian magic: textual, historical, and interpretative perspectives*. Groningen: Styx Publications, 1999. p. 139-147. (Ancient Magic and Divination, 1).
- VAN KOPPEN, F. Seized by royal order. The households of Sammêtar and others magnates at Mari. In: CHARPIN, D.; DURAND, J.-M. (Ed.) *Récueil d'études à la mémoire d'André Parrot*. Paris: SEPOA, 2002. (Florilegium Marianum, 6 / Mémoires de NABU, 7).
- VARGYAS, P. The problem of private economy in the ancient Near East. *Bibliotheca Orientalis*, 44, p. 376-385, 1987.
- VEENHOF, K. R. (Ed.) *Houses and households in ancient Mesopotamia*. Leiden: Nederlands Historisch-Archaeologisch Instituut te Istanbul, 1996. (40^e Rencontre Assyriologique Internationale).
- VEGETTI, M. Introduzione. In: VEGETTI, M. (Ed.) *Marxismo e società antica*. Milano: Feltrinelli, 1977. p. 9-65.
- WARBURTON, D. A. Keynes'sche Überlegungen zur altägyptischen Wirtschaft. *Zeitschrift für Ägyptische Sprache und Altertumskunde*, 118, p. 76-85, 1991.

_____. The economy of ancient Egypt revisited yet again or die wirtschaftliche Bedeutung der Erweiterung des Bestehenden. *Göttinger Miszellen Beiträge zur ägyptologischen Diskussion*, 146, p. 103-111, 1996.

_____. *State and economy in ancient Egypt. Fiscal vocabulary of the New Kingdom*. Fribourg/Göttingen: University Press Fribourg/Vandenhoeck & Ruprecht, 1997. (*Orbis Biblicus et Orientalis*, 151).

_____. Economic thinking in Egyptology. *Studien zur altägyptischen Kultur*, 26, p. 143-170, 1998.

_____. Before the IMF: the economic implications of unintentional structural adjustment in ancient Egypt. *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, 43, p. 65-131, 2000.

WARD, R. D. *The family history of Silli-Ishtar: a reconstruction based on the Kutalla documents*. University of Minnesota, 1973. Unpublished Ph.D.

WEBER, M. *Economy and Society*. Nova York: Bedminster, 1968.

WESTBROOK, R. *Old Babylonian marriage law*. Horn: Ferdinand Berger & Sohne, 1988. (*Archiv für Orientforschung, Beiheft* 23).

WILKINSON, T. A. H. *Compte Rendu de D. Warburton - State and Economy in ancient Egypt. Discussions in Egyptology*, 39, p. 149-151, 1997.

WILKINSON, T. J. Settlement and land use in the zone of uncertainty in upper Mesopotamia. In: JAS, R. M. (Ed.) *Rainfall and agriculture in northern Mesopotamia*. Leiden: Nederlands Historisch-Archaeologisch Instituut te Istanbul, 2000. p. 3-35. (*Mos Studies*, 3).

WRIGHT, P. H. *The city of Larsa in the Neo-Babylonian and Achaemenid periods: a study of urban and intercity relations in antiquity*. Ohio: Hebrew Union College, 1994. Unpublished Ph.D.

ZACCAGNINI, M. Les échanges dans l'antiquité: paradigmes théoriques et analyse des sources. In: ANDREAU, J.; BRIANT, P.; DESCAT, R. (Ed.) *Économie Antique. Les échanges dans l'antiquité: le rôle de l'Etat*. Saint-Bertrand-de-Comminges: Musée Archéologique Départemental, 1994. p. 213-225. (*Entretiens d'Archéologie et d'Histoire*, 1).

ZETTLER, R. L. Written documents as excavated artefacts and the holistic interpretation of the Mesopotamian archaeological record. In: COOPER, J. S.; SCHWARTZ, G. M. (Ed.) *The study of the ancient Near East in the twenty-first century*. Winona Lake: Eisenbrauns, 1996. p. 81-101.